Universidades Lusíada

Ferreira, Nuno Simão Miranda Guerra de

A primeira República e os integralistas : a visão de Alberto Monsaraz

http://hdl.handle.net/11067/5538

Metadados

Data de Publicação 2009

Resumo O presente estudo visa abordar a relação entre a I República e a visão dos integralistas, que pautaram a sua acção desde Setembro de 1913 até 1932, em nome do nacionalismo integral, da monarquia tradicional e corporativa acabaram por romper totalmente com o sistema e a ideologia liberais, em que se consubstanciava o regime republicano. O programa do Integralismo Lusitano aspirava à construção de uma monarquia orgânica, tradicionalista, anti-parlamentar, associada a uma tendência concentradora, d...

The present paper intends to trace the relationship between the I Portuguese Republic and the vision of the integralists, who ruled their action since September 1913 until 1932, in the name of the integral nationalism, the traditional monarchy and corporative, finish to break with the liberals system and the ideology, whose based in the republican regime. The programme by the Integralism Lusitan aspired to the construction the organic monarchy, traditionalist, anti-parliamentary, associated a so...

Tipo article

Revisão de Pares Não

Coleções [ULL-FCHS] LH, s. 2, n. 05-6 (2009)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-29T02:16:33Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

A I REPÚBLICA E OS INTEGRALISTAS: A VISÃO DE ALBERTO DE MONSARAZ

Nuno Simão Ferreira
Professor do Ensino Secundário
nunosf@iol.pt

NSF.indd 237 14-09-2009 14:48:37

Resumo

O presente estudo visa abordar a relação entre a I República e a visão dos integralistas, que pautaram a sua acção desde Setembro de 1913 até 1932, em nome do nacionalismo integral, da monarquia tradicional e corporativa acabaram por romper totalmente com o sistema e a ideologia liberais, em que se consubstanciava o regime republicano.

O programa do Integralismo Lusitano aspirava à construção de uma monarquia orgânica, tradicionalista, anti-parlamentar, associada a uma tendência concentradora, de apologia do poder pessoal do rei com amplíssimos poderes executivos, mas simultaneamente de uma tendência descentralizadora, assegurada pela família, pelo município, pela província, pelas juntas provinciais e freguesias, pelos sindicatos, pelas corporações, pela assembleia corporativa e pelos tribunais. Para os integralistas o rei, visto como guardião e estando acima de quaisquer egoísmos nacionais, governaria mas não administraria a nação portuguesa.

De facto, os integralistas atacaram a I República pelo seu demoliberalismo, parlamentarismo, partidos políticos, plutocracia, anti-catolicismo e maçonaria. Mas, quando Portugal entrou na I Guerra Mundial, os integralistas não hesitaram, apoiando imediatamente as Potências Aliadas contra a Alemanha, acusada de fomentar o pangermanismo e de ser protestante.

Palavras-Chave

Integralismo Lusitano / I República e I Guerra Mundial.

Abstract

The present paper intends to trace the relationship between the I Portuguese Republic and the vision of the integralists, who ruled their action since September 1913 until 1932, in the name of the integral nationalism, the traditional monarchy and corporative, finish to break with the liberals system and the ideology, whose based in the republican regime.

The programme by the Integralism Lusitan aspired to the construction the organic monarchy, traditionalist, anti-parliamentary, associated a some tendency concentrated, to able the apologise the personal power of the king with vast executive powers, but simultaneously by an inclination of the decentralization,

NSF.indd 239 14-09-2009 14:48:37

asserted by the family, by the municipality, by the province, by the province councils and the customers, by the trade-unions, by the corporations, by the corporative assembly and by the tribunals. For The integralists the King, saw like a guardian above whoever selfishness nationals, should rule but not administrate the portuguese nation.

In the fact, the integralists attacked the I Portuguese Republic by the democracy, the parliamentary regime, the parties, the plutocracy, the anti--catholicism and the freemasonry. But, when Portugal entered in the I World War, the integralists not hesitated supporting immediately the Allied Powers against German, to be charged with the pan-germanism and to be protestant.

Key-Words

Integralism Lusitan / I Portuguese Republic and I World War.

NSF.indd 240 14-09-2009 14:48:37

«Demos à palavra Pátria, como queria Fustel de Coulanges, o seu sentido antigo e literal: Terra Patrum, Terra dos Avós, a Nação tal qual os nossos antepassados a fizeram.

É nos mortos que a nossa sensibilidade e o nosso pensamento encontram a sua origem, é aceitando as condições de vida proclamadas por eles que tomamos consciência da formação da nossa terra e das particularidades do seu génio.

(…) Quando os nossos actos contrariam o Passado e o negam, ou são estéreis, ou envolvem-nos então naquela apagada e vil tristeza que precede o aniquilamento das nações. A tradição é o resultado da experiência e da reflexão dos séculos passados. (…) Transpondo as palavras de Gioberti, eu lembro que os portugueses só saberão o que podem ser, quando se recordem de aquilo que foram»

Luís de Almeida Braga, A "Lição dos Factos", *A Questão Ibérica*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1916, pp. 347 e 348.

A BANDEIRA
DAS
Organizações Integralistas

Todas as organizações integralistas devem possuir esta bandeira que tem em campo branco, a Cruz de Cristo, aberta, brocante e vazia de campo, tendo ao centro um pelicano de sua côr, volante e sangrando. As bandeiras devem guardar as proporções exactas da gravura. Para evitar confusões, devemos declarar que esta bandeira é *apenas* das *organizações* integralistas.

Integralismo Lusitano, Instruções de Organização aprovadas pela Junta Central, Lisboa, Emp. Nacional de Indústrias Gráficas, Limitada, 1921.

NSF.indd 241 14-09-2009 14:48:38

1. O projecto monárquico integralista face à ideologia da I República. A contribuição de Alberto de Monsaraz

Quando os estudantes monárquicos exilados, entre os quais Alberto de Monsaraz, regressavam a Portugal na sequência da amnistia de 1914, vieram encontrar uma República divorciada dos republicanos que nela tinham visto a via para a regeneração portuguesa. Foi rápido e natural o encontro entre os monárquicos não «adesivados» e os republicanos descontentes, e depressa transformaram aquilo que era apenas um programa estético-filosófico num índice de soluções políticas[1].

Para sermos mais precisos, é necessário referir que o programa dos integralistas não era verdadeiramente um programa político, mas sim uma pretensão de alicerçar um vasto programa de estudos sobre a realidade portuguesa. Estava por realizar, como consideravam, um longo e árduo trabalho de restauração monárquica no entendimento das pessoas.

Perante uma nação mal identificada com os seus princípios e para nela se viver em sintonia com eles, os integralistas tornaram-se hermeneutas das matérias pátrias, esboçando o paradigma que melhor as transmitisse no discurso, de modo a restituir a públicos cada vez mais amplos a imagem de um povo capaz de criar instituições perduráveis.

Tais características do Integralismo Lusitano proporcionam uma reflexão acerca das urgências dos seus fundadores. Que lhes pedia a "verdade" portuguesa? A que preocupações deveriam atender primeiro? Como conciliar a idiossincrasia de cada um com as exigências de momento? Num movimento doutrinário não se permitia que o acaso ou a inspiração resolvessem tais assuntos.

Era a Pátria que estava a ser indagada e procurada, não apenas numa manifestação presente, mas na complexa combinação de natureza e história, que permanentemente a gerava. Talvez por isso mesmo, o Integralismo se apelidou "Lusitano" como que para simbolizar, nessa origem antiga, a intemporalidade que assistia aos momentos históricos. Daí também o Integralismo ter aprofundado o significado do vocábulo «Lusitanidade». «Lusitanidade» que os integralistas procuraram nas sombras do passado e conseguiu através dele integrar Portugal em si próprio. No entanto, a «Lusitanidade» não se limitava a traduzir somente uma sobrevalorização da "raça", podendo até nem sequer ter relação directa com a existência dos Lusitanos, considerados como povo fundador da nacionalidade. Sobretudo, tinha a ver com a explicação genética da Nação.

No início do século XX parecia que se iria perder o próprio rumo da «Lusitanidade». A missão do Integralismo Lusitano foi precisamente a de unir de novo Portugal o que, agora sendo republicano, seria para ele próprio, ausente e desconhecido: «Tudo é incerto e derradeiro/ Tudo é disperso, nada é inteiro/ ó Portugal, hoje és nevoeiro»[2].

[1] "O que nós queremos", Nação Portuguesa, Ano II, N.º1, 8 de Abril de 1914, pp. 4 a 6.
[2] Afonso Botelho, "Integralismo Português", *Cidade Nova*, II Série, N.º 5, Maio de 1951, p. 291.

NSF.indd 242 14-09-2009 14:48:38

Esta intensa unidade de pensamento e de vivência permitiu aos integralistas fecundarem os projectos políticos com o gérmen das ideias e animar a investigação com a facticidade republicana quotidiana. Consequentemente, os seus propósitos resumiam-se genericamente a dois vocábulos: renovação e reconstrução. A renovação vinha na sequência do pensamento tradicional, pugnando por um renovar purificador do espírito português, uma modificação da mundividência dos portugueses pela restauração da Lusitanidade e pela luta da luminosa Verdade. Na reconstrução interessavam-lhe o ressurgimento material, a normalização das faculdades psicológicas do português, a pacificação e a segurança da vida social e política. Daí que se possa dizer que a mensagem integralista ficou eminente à solução imediata, sendo o caminho da reconstrução, naturalmente o preferido, dado o caos político-institucional e sentimental generalizado provocado pelo estado amorfo da República demoliberal.

Os integralistas dispunham de um projecto político riquíssimo de consequências do qual jamais abdicaram. Para analisarem o facto político tinham recursos hermenêuticos, ou seja, para analisarem a nação portuguesa, que se encontrava mal identificada nos seus princípios e para os reabilitar, os integralistas tornaram-se hermeneutas dos assuntos pátrios e procuraram o paradigma que melhor os transmitisse no discurso. Eles e Charles Maurras reabilitaram as verdades políticas tradicionais, mediante a sua comprovação por factos observados, segundo critérios presumivelmente positivos e científicos. Assim, a Alberto de Monsaraz e a seus pares, que estavam a estudar a realidade nacional, ressaltava claramente aos seus olhos como «positivistas orientadores», a «visão de conjunto», o «aspecto sintético do meio social»[3].

Mas, ao ser crítico, é legítimo perguntar se em primeiro lugar estava a reabilitação da pretensa verdade portuguesa, não resultariam daí inconsequências para a acção política e para a intenção filosófico-doutrinária que aspiravam? Para já, e como definiria Afonso Botelho, a acepção integralista de verdade era já por si complexa: «a Verdade Portuguesa, jamais inteiramente cognoscível, porque se o fosse deixava de ser portuguesa, para ser divina, descobre-se apenas nos seus múltiplos aspectos parciais, mas neles com realidade ou com autenticidade, conforme são da ordem do natural ou da ordem do espiritual. A Verdade Portuguesa está portanto na Natureza e no Espírito, como expressão dum fim atingido, como sombra permanente e contínua de algo que não passando, está presente ao passar dos homens. É uma sombra diversa das sombras que ensombravam os olhos dos portugueses-estrangeiros, dos que vêem Portugal de fora, porque esses são sombras de objectos, são sombras da realidade, ao passo que aquela é a sombra da Verdade»[4]. Por outro lado, o discurso integralista resultava da indistinção, por vezes existente, entre verdade de facto e verdade simbólica. Quase todos eles poetas, os integralistas deixavam, por vezes, que a inspiração mitológica contaminasse a lição

[3] Idem, *Ibidem*, pp. 287 e 288.
[4] Alberto de Monsaraz, "Ramalho Ortigão", *Nação Portuguesa*, Ano I, N.º 9, Outubro de 1915, p. 262.

NSF.indd 243 14-09-2009 14:48:38

do concreto.

Efectivamente, o discurso integralista amiudadas vezes se confinou às oposições simplistas entre factos e valores, para elaborar a sua síntese, mas, enquanto mantiveram o domínio crítico, obtiveram resultados aceitáveis.

Pontualmente, menos lúcidos ou mais desesperados, os integralistas foram ideólogos racionalizadores de mitos como uma teoria de esperança. Foi assim que António Sardinha converteu a racionalização do sebastianismo numa teoria da esperança. Foi assim, também, que Luís de Almeida Braga enunciou os usos e os costumes tradicionais, de modo a criar uma teoria da história de Portugal, baseada na comprovada capacidade de resistência do português às pressões cosmopolitas que pretenderam negar a sua diferença.

Há também a salientar que o Integralismo Lusitano não vivia de mitos, utilizava-os sim, numa época em que a propaganda republicana era messiânica. Lembremos que para os integralistas a lenda de Ourique e as Cortes de Lamego eram elementos apócrifos e não espúrios e que os temas do "Encoberto" e do "Oriente" pertenciam à mitologia nacional. Talvez a séria limitação do discurso integralista residisse no maniqueísmo e no triunfalismo que poderiam resultar de uma errada análise da nacionalidade.

Avaliando hoje com dificuldade, após a era dos nacionalismos totalitários e, num período presente de aparente apaziguamento ideológico no mundo ocidental, em que a tónica é dada pela União Europeia a trilhar no seu itinerário, para chegar à uniformização e à federação supra-nacional (Estados Unidos da Europa), apercebemo-nos da extraordinária importância da tarefa de reabilitação nacional empreendida pelo Integralismo Lusitano.

Mas foi, sobretudo, devido à extraordinária capacidade de Alberto de Monsaraz e dos seus pares que, ao integrarem como premissas os contributos de autores dos mais diversos quadrantes políticos e culturais genuinamente portugueses, deram um forte contributo ao impulso da tarefa de reabilitação nacional.

Os integralistas, deste modo, reivindicaram raízes portuguesas e uma originalidade própria, assentes na recolha da tradição político-cultural do pensamento contra-revolucionário nacional do século XIX. Foram beber os mestres contra-revolucionários e legitimistas portugueses como Frei Fortunato de São Boaventura, José Agostinho de Macedo, José Acúrcio das Neves, Visconde de Santarém, Ribeiro Saraiva, Gama e Castro, Marquês de Penalva, Brito Galvão, Gouveia Pinto. Mas retrocederam até Serafim de Freitas, Velasco de Gouveia, Jerónimo Osório, Luís de Camões, Gil Vicente, os príncipes de Avis e Santo António[5], todos eles estudados e comentados pelos integralistas.

Consideravam-se, ainda, na esteira do desengano de Almeida Garrett e do lugar que este conferira ao carácter nacional de toda a cultura; da argúcia definidora de tipos portugueses de Camilo Castelo Branco; da desilusão, da crítica a toda a centralização do poder e da apologia do municipalismo em Alexandre Herculano;

[5] Idem, «Santo António», *Da Saudade e do Amor*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1920, pp. 93 a 96.

NSF.indd 244 14-09-2009 14:48:38

da característica inconformista de Antero de Quental; dos fundamentos populares da monarquia segundo Teófilo Braga; da ironia de Eça de Queirós; da sátira ao parlamentarismo liberal realizada por Eça de Queirós e Ramalho Ortigão[6]; do pessimismo e do nacionalismo de Oliveira Martins; da importância politológica do Sebastianismo detectada por Sampaio Bruno e Lúcio Azevedo; da importância dos educadores portugueses por Ferreira Deusdado; e da contrição de Fialho de Almeida[7].

Os integralistas estavam, deste modo, imbuídos do espírito recuperador, em novas bases, atribuindo-lhe um fôlego novo, ao projecto de reaportuguesamento de Portugal, lançado ainda em vida de Oliveira Martins pelo grupo dos Vencidos da Vida.

➢ **Ramalho Ortigão e o seu legado**

Como sabemos, Ramalho Ortigão, regressado a Portugal, inteirou-se dos propósitos integralistas, inclinando-se rendidamente à elite dos novos.

Alberto de Monsaraz no artigo intitulado "Ramalho Ortigão" considerou tal pensador um marco, um percursor incontornável para a sua geração e um mestre da Contra-Revolução, que já reconhecera de «forma incompleta» nas *Farpas*, que as misérias presentes que afligiam os portugueses, eram provocadas pela importação dos nefastos ventos da Revolução Francesa: parlamentarismo e burguesia plutocrática. Nenhuma outra obra revelou tão bem o escritor e o homem como as *Farpas*, que lhe conferem com toda a justiça o título de nosso primeiro crítico social do século XIX. Tratava-se, inicialmente, de uma campanha contra preconceitos e costumes obsoletos, mas, a vocação pedagógica do seu autor levou-o a procurar corrigir, actualizar e reformar as pessoas, os costumes e as instituições. Por isto, Alberto de Monsaraz acreditava que Ramalho Ortigão fora, na sua existência, um integralista convicto: «- defendia a Família, atacando as instituições sociais que ameaçam pulverizá-la; exaltava o símbolo régio, insurgindo-se contras as formas balofas com que o Liberalismo procurou, mascarando-o, ridicularizá-lo; dignificava o papel social da Igreja; e finalmente, em toda a sua obra de crítico, zurziu os parlamentares, pseudo detentores da Soberania da Nação»[8].

---

[6] Alberto de Monsaraz comentava a António Sardinha a morte do seu amigo Ramalho Ortigão: «*(...) morreu o Ramalho, coitado. Perdemos mais um amigo; tinha o merecimento de ser dos poucos velhos que, ao ver-nos, quis remoçar. O João do Amaral faz na sua oração fúnebre uma bela afirmação, se não fosse ele, teria baixado à cova o grande monárquico com um discurso republicano do (...) Lopes de Mendonça, e nada mais. Que ignomínia!*
Estavam presentes antigos ministros da Realeza, antigos Pares do Reino, Conselheiros da Coroa e Titulares. Tudo se calou. Teve um jornalista de vinte e pouco anos que falar em nome da Justiça para mostrar àqueles cobardes que a justiça não morrera na véspera com Ramalho Ortigão !». EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta nº 149, Carta nº29, Arcos do Jardim 35 - Coimbra, s.d.

[7] Alberto de Monsaraz lamentava a morte de Fialho de Almeida, a António Sardinha: «*E o pobre Fialho d' Almeida! Que grande talento que se perdeu! Seria um suicídio? Creio que sim*». EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta nº 149, Carta nº16, s.l., s.d.

[8] Monsaraz queria perpetuar a memória de Ramalho Ortigão, através da publicação de um artigo alusivo ao seu legado: «*(...) Estou escrevendo um longo estudo sobre a individualidade política do grande*

NSF.indd 245 14-09-2009 14:48:38

Os integralistas reconheciam tacitamente que só se constituía uma hermenêutica política, quando a interpretação dos factos políticos escolhia os princípios teóricos que presidiam à sua selecção. «Pareceu aos nossos vinte anos que, tendo ideias sobre História e Política deste país e confiando delas a garantia do Futuro- era dever revelá-las num depoimento honesto e sereno, aos homens de bem de Portugal. Escutem-nos os que quiserem...»[9], estas frases finais redigidas no artigo "Anunciação", do primeiro número da Nação Portuguesa, prenunciam correctamente a intervenção e o trabalho doutrinário integralista, a reabilitação de figuras e de períodos históricos que pensavam dever constituir a sua proclamada tradição. Se na acção política as ideias não existiam para garantir uma dimensão deliberativa, o que existiria a curto prazo era destino, projectos ou saudosismos, tumulto e agitação messiânica. Daí, que entendamos, que a par e de certo modo contra o movimento de a Águia, o Integralismo Lusitano juntamente com a Nação Portuguesa, proclamou-se como um regresso ao passado, mas de cariz realista, sem saudosismos estéreis.

Apesar da verbosidade revolucionária, do pretenso carácter inovador e da preconização de métodos políticos ilegais, o Integralismo Lusitano foi um movimento tradicionalista, conservador e contra-revolucionário. A sua inovação, a sua revolução e a sua "violência" eram-no relativamente à ordem republicana vigente, encarada como herdeira das fantasias do «estúpido século XIX», como lhe chamara Léon Daudet. Desejava, enfim, operar uma involução, um regresso à tradição que o liberalismo monárquico e depois o demoliberalismo republicano interromperam e uma reedição, se bem que em termos actualizados, da Idade Média mítica baseada no municipalismo herculaniano e da época de Quatrocentos. «Não se trata de restabelecer o passado tal qual era, mas de organizar solidamente o presente que porventura hoje teríamos, dado o natural progresso das condições sociais, se elementos estranhos à evolução da Nacionalidade não lhe tivessem desviado por vezes o curso pacífico, mas seguro»[10].

morto para o número da Revista que, por esse motivo, mandei suspender. Suponho que, se ele o pudesse ler, havia de gostar». EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta nº149, Carta nº29, Arcos do Jardim 35- Coimbra, s.d.

*«(...) Dizia-te que já mandara para a Tipografia parte dum longo estudo político sobre Ramalho. Não sabia que tu quisesses fazê-lo, e entendi não poder, como director da Revista, deixar de prestar ao grande morto, essa homenagem de admiração. Ora o meu artigo, depois de muitas transcrições preciosíssimas das Farpas, deve terminar caso me seja possível alcançá-la ainda, com a Carta dum Velho a um Novo escrita ao João do Amaral, vai todo encaminhado nesse sentido e não é fácil agora alterá-lo. Como o número se encontra inteiramente composto, é possível que o meu estudo tenha no começo com paginação romana. Não me guardei para o número 10 (...). Ninguém sabe o tempo que a revista leva a compor e era pouco correcto que no primeiro número aparecido depois da morte do escritor, se não falasse dele e da sua obra. O que pode ser, nos dois últimos números que faltam, aparecer o teu trabalho com os interessantes dados biográficos de que falas e outro do Raposo encerrando-o como literato simplesme*nte». EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta nº149, Carta nº3, Arcos do Jardim, 35, s.d.

[9] "Anunciação", *Nação Portuguesa*, Ano I, N.º1, 8 de Abril de 1914, p.3.

[10] Alberto de Monsaraz, "O Nosso Rei", *Nação Portuguesa*, Ano I, N.º3, Junho de 1914, p.68.

NSF.indd 246 14-09-2009 14:48:38

O facto de o Integralismo Lusitano defender a monarquia, o catolicismo, a divisão social em ordens, e em alguns casos, a Inquisição[11], não nos deve fazer esquecer que os integralistas se sentiam fundamentalmente revolucionários, radicalmente modernos, sentindo que rompiam com os preconceitos ideológicos das gerações anteriores e entravam no século XX como num mundo desimpedido e arejado.

Nesta acepção, Alberto de Monsaraz pugnava pelo «regressar quanto antes ao respeito das velhas instituições políticas, que afinal nos reaparecem como novíssimas, pois que as novas envelhecem de vez»[12].

O Integralismo Lusitano reabilitou o alcance teórico da «esperança», apreciando menos a «saudade», talvez por contraste com a Renascença Portuguesa. Por motivo idêntico, desconfiava do termo «razão», que tomou por quase sinónimo de racionalismo e preferiu-lhe o termo «inteligência» como expressivo da captação do real conforme à tradição.

O Integralismo Lusitano não era, pois, saudosista na acepção de Pascoais, mas sim, restauracionista, e supunha uma recriação a seu modo da nova «Casa de Portugal», a unidade da lei e da grei (símbolo maternal do Pelicano)[13]. Trata-se de uma curiosa forma de História, frequentemente feita pelos integralistas, que consistia em tecer considerações baseadas numa premissa condicional pretérita, na forma de proposição. Encontramos aqui conjecturas na utilização da realidade histórica hipotética, sobretudo relativamente aos Descobrimentos, aquilo que Portugal poderia ter sido se não tivesse empreendido essa ambição.

➢ Jean Jacques Rousseau e a origem do demoliberalismo republicano

O Integralismo Lusitano opôs a "política do facto" à "política das ideias", quando o que efectivamente preconizava era uma política baseada no concreto, a pretensa verdade portuguesa, contra uma política tipificada por Jean Jacques Rousseau.

Daí considerarem que só atacando a origem se tornaria possível sanar o mal. A terminologia clínica era e é uma metáfora da política. Aos seus olhos, a figura típica de pensador patológico era Rousseau, o teorizador do demoliberalismo ainda vigente na I República, o idealista sentimental, mas sobretudo o

[11] Alberto de Monsaraz, na sua obra *Respiração Mental*, minimiza intencionalmente o papel do exame prévio da Inquisição aos escritos originais, bem como o seu Index, pois somente se reportariam à censura religiosa. A Monarquia continuaria a permitir e a respeitar a liberdade de opinião política dos seus vassalos. O déspota centralizador Marquês de Pombal, carrasco dos jesuítas, ao permitir a criação da Real Mesa Censória em 1768, fez com que a censura deixasse de ser apenas religiosa para se tornar eminentemente política. Idem, *Respiração Mental- O Problema da Censura-*, Lisboa, Edição do Autor, 1946, pp. 24 e 25.

[12] Idem, "O Nosso Rei", *Nação Portuguesa*, cit., p.68.

[13] Encimando o frontespício da *Nação Portuguesa*, aparecia a imagem de um pelicano dilacerando a carne do peito para alimentar os filhos. O sofrimento provocado ao pelicano assemelhava-se ao de Cristo na Cruz. No frontespício da revista também figurava a as divisas de D. João II: «*Pola: lei: pola: grei*».
V. no início do presente estudo "A Bandeira das Organizações Integralistas" e a sua respectiva legenda.

NSF.indd 247 14-09-2009 14:48:38

mistificador de ideias: «(...) a doutrinação venenosa do pontífice de Genebra, a única espumantíssima nascente de ideologias e ficções, donde há cento e tantos anos brotou num jacto, todo o liberalismo contemporâneo, (...) essa figura e essa doutrina, que o passado tornara gigantescas, mas que o tempo se tem encarregado de reduzir, afastando-as pouco e pouco da nossa sensibilidade, às mais íntimas e risíveis proporções»[14].

Nesta acepção, surgira como reverso do centralismo do poder, o Individualismo, em que o indivíduo se integrava na nação diferenciado como pessoa, cujo teórico por excelência teria sido Rousseau. Esta tendência individualista fora perfilhada pela Revolução Francesa e dominante após a era das revoluções liberais, rompendo liminarmente com a integração social do indivíduo: «(...) a sua resistência física de grande povo (francês) perdeu pouco a pouco as antigas condições de imunidade. Deixou-se corromper pelos vícios que combatia. Pegou-se-lhe o micróbio do individualismo anárquico que ela tão bem cultivara na margem direita do Reno»[15] e, daí sobressaia a inevitável dúvida integralista: «(...) donde poderia nascer a Sociedade ? (...) Mas não vindo a autoridade, primeira, nem da Força nem da Natureza, donde poderá ela legitimamente brotar? Só dum Acordo comum, só dum Contrato geral. (...) Cada um unido com todos, não obedecendo entretanto senão a si próprio e permanecendo tão livre e independente como antes da referida união»[16]. Para Alberto de Monsaraz o Contrato Social era incongruente, pois acusava Rousseau de ao, formular teoricamente a liberdade individual, admitir simultaneamente, por questões de subsistência, que o Homem passara a viver em comunidade mediante o contrato social, que já por si só implicaria tal vivência em comum.

Os integralistas criticavam também o "homem sentimental" de Rousseau, que criava o seu mundo de ideias e de ídolos privados. Igualmente contestavam os postulados do seu livro O Contrato Social, em que a soberania cabia ao povo e todo o acto político era, em última análise, o derivado do Contrato Social, pelo que o indivíduo poderia sempre reivindicar como absolutos os seus direitos contra todas as formas de integração política. É que, para os integralistas, o povo embora fosse um nome colectivo, só representava uma ideia abstracta, pura concepção do espírito humano. Abstraindo os indivíduos de que o povo se compunha, criava-se um ser sem realidade, um ser fictício. Por isso, o povo soberano seria eternamente uma quimera, pois esse mesmo povo era incapaz de exercer a sua pretendida soberania, vendo-se na imediata contingência de entregá-la a alguém que o efectivamente representasse e em que essa abstracção se pudesse

[14] Alberto de Monsaraz, "Cartas a um liberal/ A grande embriaguez/I/ In princípio...", *A Ideia Nacional*, Ano 2.º, Nº27, 1 de Junho de 1916, p. 6.

[15] Idem, "Cartas a um Liberal/ Equívocos Nacionais", *A Ideia Nacional*, Ano 2º, Nº24, 11 de Maio de 1916, p. 4.

[16] Idem, "Cartas a um um liberal/ A grande embriaguez/ I/ In princípio...", *A Ideia Nacional*, Ano 2º, Nº27, 1 de Junho de 1916, p. 7.

NSF.indd 248 14-09-2009 14:48:38

realizar. O desenvolvimento da teoria contratualista firmara definitivamente a predominância da matéria sobre o espírito.

Alberto de Monsaraz considerava que as democracias deviam muito ao pensamento de Rousseau, sobretudo quando revestia as formas de evolução socialista e anárquica, ambas reportando o regresso do Homem ao estado primitivo do "Bom Selvagem".

Os integralistas, por se auto-considerarem positivistas e mais práticos, supunham a priori que o Homem era por natureza mais ou menos ambicioso, mais ou menos egoísta e, daí concluíam que os condicionalismos da vida pública é que tinham de se lhe adaptar. Nesta acepção, era então legítimo falar-se em egoísmo do rei, que se identificava sempre em tudo com a causa da Nação[17].

Rousseau não soubera compreender o sentido morfológico da história, motivo pelo qual deu azo à forma liberal e demoliberal, que seria própria dos povos nascentes, da infância da humanidade: «(...) este (Rousseau) apregoado redentor espiritual da humanidade, negava o estado e a organização política, atacava a civilização e o progresso, sendo necessário para regressar à beatitude primária, fazer tábua raza de todas as suas conquistas, materiais e morais. (...) É um verdadeiro delírio irremediável. Foi o que sucedeu no campo da política com o Contrato Social de Rousseau. Perdem-se países, esgotam-se tesouros públicos com clientelas partidárias, constrange-se a alma histórica das raças e, apesar disso, a Liberdade individual e o governo do povo pelo povo desnorteiam ainda a grande maioria das Nações»[18]. Deste modo, um dos países afectados pelas «fantasiosas intrujices de Rousseau», estava a ser Portugal: «Rousseau fora coroado rei de Portugal, sentara-se no trono de D. Dinis e de D. Afonso V e, tenebroso, cínico e mau, olhando de lá de cima a pantera Liberdade que prosseguia no seu banquete, dilacerando nas garras, aos bocados, o que restava da antiga e fidalga beleza da nossa Raça. Um dia o monstro cansou-se de estar sentado, desceu do trono e, como coisa inútil, empurrou-o com a ponta do pé. Depois pegou num chicote e entrou a zurzir a fera sanguinolenta que mais se encarniçou, no auge da fúria, sobre esta miseranda e pobre vítima impassível que é o povo português»[19].

Os integralistas, em nome do nacionalismo integral, da monarquia tradicional e corporativa, estavam em ruptura total com o sistema e a ideologia liberais, em que se consubstanciava o regime republicano.

O programa apresentado na Nação Portuguesa é indesligável do quadro dos desígnios do Integralismo Lusitano. Ambos aspiravam à construção de uma monarquia orgânica, tradicionalista, anti-parlamentar, associada a uma tendência concentradora, de apologia do poder pessoal do rei com amplíssimos poderes executivos, mas simultaneamente de uma tendência descentralizadora,

[17] Idem, "Política/ Um pensador oficial do regimén/ Mayer Garção- director de *A Manhã*", *A Monarquia*, ANO I, Nº193, 3 de Outubro de 1917, p. 1.

[18] Idem, "Cartas a um liberal/ A grande embriaguez/ I/ In princípio...", *A Ideia Nacional*, Ano 2º, Nº27, 1 de Junho de 1916, pp. 7 e 8.

[19] Idem, "A Carta Regicida", *Pátria Nova*, Ano IV, Número 69, 29 de Julho de 1914.

NSF.indd 249 14-09-2009 14:48:38

assegurada pela família, pelo município, pela província, pelas juntas provinciais e das freguesia, pelos sindicatos, pelas corporações (hierarquizadas ou representativamente graduadas), pela assembleia corporativa e pelos tribunais. Foi seguindo esta ordem de ideias que Monsaraz apresentou o programa integralista a D. Manuel II: «tenta a minha geração, cumprindo o programa do Integralismo Lusitano, refundir nos moldes tradicionais todas as nossas instituições jurídicas; intensificar a vida Provincial e Municipal com uma completa descentralização das velhas autarquias locais; fortalecer a família e a propriedade pelo restabelecimento dos vínculos e a abolição das leis dissolventes; transformar o parlamento dos estéreis apóstrofes oratórias numa verdadeira Assembleia Nacional, em que os Procuradores dos Concelhos e Províncias sejam ouvidos pelos legisladores, técnicos sobre as reclamações que os seus interesses apresentem e, finalmente, atribuir à Magistratura Régia todo o alto prestígio da sua função governativa e coordenadora, afim de que essa descentralização máxima de vida pública não venha de qualquer forma quebrar a unidade da Nação»[20].

➢ **A solução para a crise gerada pela República: a Monarquia de matriz tradicionalista e de raiz histórica aliada a um nacionalismo integral**

A Monarquia aparecia como um regime superior e avançado de governo dos povos. Seguindo o modelo da teoria da evolução das espécies de Darwin, a Monarquia seria o cume da evolução dos regimes políticos: «mais tarde começam a diferenciar-se e a especializarem-se os vários órgãos primaciais do corpo político, como, à medida que se sobe na escala zoológica, se vão também diferenciado e especializando, nos seres chamados inferiores, os respectivos órgãos e funções. A Realeza surge-nos, portanto, ao alto da ladeira política, tal como o homem nos aparece, lógica, e inevitavelmente, feito remate soberano de todos os entes vivos à superfície do globo»[21]. As suas instituições derivavam da experiência histórica das nações: «a superioridade mais evidente da Monarquia sobre a República é o permanente contacto humano da família real com os súbditos, que já crescem a admirar e a amar o pequeno príncipe futuro rei da sua geração e quantos à volta dele, saídos do povo ou da nobreza – está vivificada sempre pelo afluxo de novos e autênticos valores –, venham a constituir pelas suas faculdades e virtudes, um verdadeiro escol de governação e de altas personalidades da Nação»[22]. Ela era apanágio dos povos fortes, maduros e progressivos.

Embora a sua primeira forma de governo tenha sido electiva, o seu progresso e instinto levaram-na a descobrir a hereditariedade dinástica, como a sua grande vantagem, porque evitava as lutas intestinas entre os líderes. Ela não era um privilégio, mas um serviço digno prestado à Nação.

A Monarquia foi encarada pelos integralistas como a única saída para as

[20] EAM, Carta de Alberto de Monsaraz a D. Manuel II, Lisboa, 28 de Novembro de 1915.

[21] Idem, "A eterna fita/ A «Vanguarda»", *A Monarquia*, Ano I, Nº193, 3 de Outubro de 1917, p. 1.

[22] Idem, *A Verdade Monárquica/ Considerações de um jornalista sobre os Reis a Crítica e a História, seguidas de «O Caso Português»*, Lisboa, Editorial Restauração, s.d. (1959), p. 17.

NSF.indd 250 14-09-2009 14:48:38

dificuldades, em que a nação se encontrava: «(...) uma vasta e altíssima escadaria, com o Trono lá em cima e na qual se ostentam até à base, até ao último cidadão, todas as classes sociais organizadas que compõem a Nacionalidade, as várias elites e aristocracia do sangue, do capital e do trabalho, cada uma no seu respectivo degrau, só escutando as que lhe ficam superiores, falando apenas às que estejam dispostas mais abaixo»[23].

Os integralistas destacaram, como vantagem suprema da Monarquia, a transmissão hereditária do poder político, permitindo a permanência do exercício do cargo para além da transitoriedade de cada detentor e evitar as disputas intestinas pelo poder: «(...) o rei, esse, sabendo perfeitamente, que só a morte conseguirá libertá-lo do poder, quando não meditar na sua sorte pessoal, há-de preocupá-lo ao menos, por amor da família a sorte do seu antecessor.

É esta circunstância especial, junta às vantagens da hereditariedade das aptidões funcionais e da constante educação especializada para o cargo, um dos mais importantes argumentos em prol das monarquias tradicionais»[24].

A hereditariedade permitia aos reis a transmissão de caracteres físicos, morais e, em caso, de se transmitirem defeitos, eles iriam desaparecendo por força da educação: instrução, moral e religião. Assim, se tinham criado as dinastias ou agrupamentos familiares de elite. O malfadado problema da degenerescência que advinha da consaguinidade dos casamentos, nunca inviabilizaria a transmissão de virtudes se os progenitores fossem «robustos, cheios de força e de saudade». Monsaraz assinalava um exemplo paradigmático, a consaguinidade das famílias israelitas: «(...) famílias israelitas que dantes casavam sempre entre si na mesma terra, dada a dificuldade de comunicações, apurando-se-lhe a raça, física e moralmente, mantendo-se assim os caracteres fundamentais do seu modo de ser étnico e social»[25].

A Monarquia era apresentada como o regime político mais lógico e natural, que efectivava a unidade nacional e garantia os benefícios da paz, da ordem pública e da justiça pelo prestígio da autoridade real. Na Monarquia vivia-se e organizava-se segundo a Nação: «(...) a Monarquia deve representar em face da desordem democrática a máxima organização social, isto é, a hierarquia nos cargos e nas funções, o respeito pela autoridade só porque é autoridade, a vitória do princípio da obediência dogmática às ordens superiores, por isso que são ordens e manda quem pode mandar»[26].

Alberto de Monsaraz, na sua *Cartilha Monárquica*[27], dissertou, acerca das vantagens da Monarquia: a organização das classes em termos corporativos, para

[23] Idem, "Cartas a um Liberal/ À ordem d' El-Rei/ II", *A Ideia Nacional*, Ano 2.º, Nº23, 4 de Maio de 1916, p. 3.

[24] Idem, "Reis de ontem/ e reis de amanhã", *A Monarquia*, Ano III, N.º554, Lisboa, 20 de Setembro de 1919, p. 1.

[25] Idem, "Política/ Um pensador oficial do regimén/ Mayer Garção- director de *A Manhã*", *A Monarquia*, Ano I, Nº192, 2 de Outubro de 1917, p. 1.

[26] Idem, "À ordem d' El-Rei/ I", *A Ideia Nacional*, Ano 2º, Nº22, 27 de Abril de 1916, p. 4.

[27] Idem, *Cartilha Monárquica*, Lisboa, Alberto Monsaraz (Conde de Monsaraz), 1916, pp.24, 26, 28 e 30. V. Apêndice Documental, a "Cartilha Monárquica" na íntegra.

NSF.indd 251 14-09-2009 14:48:39

reger os interesses das classes e a representação na Assembleia Nacional. Junto de cada órgão administrativo existia um representante de classe; a descentralização administrativa, reconhecedora dos poderes locais, derivados das necessidades e das condições do território e da população, aos quais atribuía autonomia. A descentralização derivava de condições naturais, que só a Monarquia podia reconhecer.

A Monarquia garantia a propriedade, sendo apenas limitada quando colidisse com o interesse público. Desejava promover o povoamento, o arroteamento das terras incultas, a irrigação e a construção de vias.

A Monarquia era uma incondicional defensora da liberdade da Igreja, em termos de culto, associação, propaganda, acção social e disciplina interna. Pugnava pela entrega da evangelização das colónias às missões, reivindicava os antigos direitos de Padroado do Oriente, bem como a restituição de bens retirados à Igreja retirados pela República. Reconhecia a sua personalidade jurídica. Aceitava a sua ética, considerando-a como a instituição moral da sociedade. A doutrina da Igreja Católica, juntamente com a Família, era a base de toda a sociedade integralista.

Relativamente à política externa portuguesa, a Monarquia defendia a integridade das colónias, atribuindo a sua administração a governadores competentes.

A Monarquia, ainda, respeitava a ordem pública, assegurada pela delimitação do campo de acção de cada um, pela fixidez e continuidade proporcionada pelo rei hereditário; a disciplina social, assegurada pela moral cristã ou pelo simples dever à obediência real; o culto da tradição, que era um autêntico mandamento, consciente da continuidade histórica e moral; facultava a motivação para venerar quase religiosamente homens e factos do passado.

Alberto de Monsaraz debruça-se, na mesma obra, sobre a análise dos fundamentos da monarquia: Família, Município, Província e Nação.

A Família era a primeira base da boa organização nacional, que estava subordinada ao poder do pater, zelador dos interesses dos filhos e da dignidade da mulher que, por sua vez, tinha direitos e deveres diferentes do marido. A Família tinha de estar vinculada à terra, como meio essencial à sua subsistência material e perpetuação espiritual, na continuação incessante das virtudes dos antepassados e da continuação da casa.

O Município era um conjunto de famílias reunidas em aldeias ou casais ligados por interesses económicos, laços morais e preceitos legais numa área do território nacional. Só a Monarquia era capaz de realizar as quatro condições essenciais para a concretização dos municípios: autonomia económica, descentralização administrativa, independência da política e fixação das actividades produtivas na terra.

A Província era um agrupamento de municípios, unificada superiormente pela nação. A Província teria bastante autonomia administrativa, para zelar eficazmente pelos seus interesses e necessidades, embora nunca descurando a devida solidariedade para com a Nação, sobretudo em termos produtivos.

NSF.indd 252 14-09-2009 14:48:39

A Nação era o resultado solidário da família ampliada na freguesia, no município e na província. A nação era o substrato da unidade rácica, moral e histórica, na consciência da tradição colectiva comum. A Nação era, ainda, superiormente encabeçada e englobada pela figura político-jurídica do rei: «a Monarquia considera a Nação uma grande família e na família os filhos que obedecem também não escolhem o chefe»[28] .

Os órgãos da monarquia seriam: Câmara Municipal, Junta Provincial, Assembleia Nacional ou Cortes actualizadas, Conselhos Régios e Rei.

A Câmara Municipal, era o organismo que superintendia o município, dirigida por representantes naturais dos vários interesses das famílias: delegados de todas as freguesias, das associações de classe ou corporações, dos sindicatos, etc. A representação seria por competência de especialidades: económica, técnica, profissional, mas nunca político-partidária.

A Junta Provincial coadjuvada pela nobreza agrária, era o órgão administrador da província, que tutelaria os seus interesses e os relacionaria com os interesses nacionais. A representação da Junta Provincial seria corporativa: delegados municipais, representantes de sindicatos patronais e operários, directores das escolas, etc. A superintender a assembleia provincial, o Rei nomearia um magistrado de sua confiança, que estabeleceria um relacionamento com o governo central.

A Assembleia Nacional era o centro em que todos os interesses se discutiam devidamente, por meio de delegados designados por cada classe organizada. Cada delegado teria de exercer o seu mandato pessoal, que o responsabilizaria perante o exercício da função, em defender os interesses da classe respectiva. Para além de representar as antigas três ordens, clero, nobreza e povo, adequando-se à complexificação da vida da nação, ela passava a integrar uma representação adequada às necessidades dos tempos de então: delegações de grandes empresas, de sindicatos coloniais, do Exército, das Finanças, das escolas, do funcionalismo, das federações operárias, etc. A Assembleia Nacional seria apenas de carácter consultivo, para informar e apoiar o Governo nas suas resoluções.

Conselhos Régios seriam basicamente técnicos e funcionariam junto de cada ministro com o intuito de estudarem reformas e elaborar projectos de lei, para depois os ministros os levarem à apreciação da Assembleia Nacional. Os seus elementos ocupavam o cargo vitaliciamente e eram escolhidos pelo Rei.

O Rei, educado desde criança para o exercício do cargo, era o árbitro isento e consensual da Nação, «(...) a guarda fiscal da moralidade dirigente nos governos e da honestidade política, (...) superior a todos os cidadãos porque não depende de ninguém e, em vista disto, naturalmente, supremo árbitro dos interesses nacionais»[29].

O Rei era o mais alto ponto de concentração da autoridade legítima,

[28] Idem, *Cartilha Monárquica*, *cit*., p. 14.
[29] Idem, *Cartilha Monárquica*, *cit*., p. 27.

NSF.indd 253 14-09-2009 14:48:39

institucional, pois da máxima concentração resultaria a máxima eficácia, e conseguia através da personalização do poder um grau elevado de humanização desse mesmo: «(...) nunca pode haver tranquilidade pública, nem prosperidade social em estado nenhum do mundo, sem que um Rei, chefe hereditário independente, encarne os interesses gerais da nacionalidade a que preside e seja a verdadeira personificacação de todos aos olhos de cada um»[30].

O Rei seria quem melhor via, sentia e estudava os dinamismos da tradição nacional ou ouviria os segredos da história nacional. Seria o orientador e condutor máximo do desígnio e do interesse nacionais, devendo para isso gerir as várias vontades das partes. Era como se fosse o cume do edifício social, que harmonizava os antagonismos latentes e acabava por conduzi-los a uma superior unidade e finalidade ou ponderador supremo dos vários egoísmos colectivos, colocando-os em perpétuo acordo: «a missão dum grande Rei é, antes de mais nada, alcançar e merecer a estima inalterável e a absoluta confiança do seu Povo. Depois tem de saber governá-lo, muitas vezes não como ele parece mostrar desejos que o governem, mas como na verdade precisa de ser governado. É mister que o Monarca aprenda ao mesmo tempo, a defender a Pátria dos inimigos externos e a libertá-la dos inimigos do interior, esses assoldados profissionais de todos os parlamentos, que falam em nome d' Ela sem nunca lograrem compreender a íntima beleza da sua alma e a energia maravilhosa do seu oculto sentir»[31]. Operara-se, então, uma feliz coincidência: o aparente egoísmo do Rei acabaria por coincidir com a vontade da Nação, ou seja, o egoísmo do Rei satisfazia-se na promoção do bem geral.

Sem o Rei, o povo diluir-se-ia na variedade das opiniões. Ao exercer a mais alta magistratura da Nação, seria acompanhado de um governo, composto por colégios técnicos especializdos. Mas só lhe competia governar, sem administrar. A administração seria entregue aos corpos sociais devidamente descentralizados. O Rei, deste modo, nunca seria despótico nem arbitrário: «não é rei absoluto, no sentido de arbitrário ou despótico, porque tais qualidades sé se verificam nos governos democráticos; é o Rei- pessoa e não o Rei- símbolo ou chanceler»[32]. O Rei não era mais do que uma judicatura do bem comum, que descobria fora de si, a sua verdadeira razão de ser: «(...) educado nos princípios da moderna ciência política, habituou-se a colocar acima da legitimidade do sangue, a legitimidade incontestável dos interesses da Nação»[33].

Os integralistas eram contrários a qualquer tipo de centralismo. Centralismo consistia no acréscimo desmesurado dos poderes do soberano face aos direitos da sociedade, e como uma imposição da uniformização do Estado. Todavia, acreditavam que em certos momentos históricos, sobretudo na Idade Média e no reinado de D. Miguel I, a tradição política portuguesa conseguiu tenazmente

[30] Idem, *Cartilha Monárquica*, *cit.*, p. 57.
[31] Idem, "O Nosso Rei", *Nação Portuguesa*, Ano I, N.º3, Junho de 1914, p. 69.
[32] Idem, *Cartilha Monárquica*, *cit.*, pp. 57 e 61.
[33] Idem, *Ibidem*, p. 32.

NSF.indd 254 14-09-2009 14:48:39

enfrentar, e até certo ponto neutralizar as pressões centralizantes.

A doutrinação que lhes servira de base foi a filosofia política de raiz aristotélico-tomista, assente em dois princípios: prudência e pacto.

A prudência era o princípio das virtudes políticas do governante: coragem, temperança e sageza na elaboração da legislação.

O pacto de soberania se não fosse cumprido pelo rei, pacta sunt servanda, ou se o rei fosse tirano, ficava isento de obediência e poderia ser alvo da ira e do direito de revolta popular. O direito de revolta popular era uma ética do poder, um aviso permanente que a consciência dos povos endereçava aos soberanos.

Alberto de Monsaraz, no fundo, ansiava que a nação lusa se deixasse impregnar pelo nacionalismo integralista, que repousava numa interpretação histórica: «(...) se adapte novamente aos princípios políticos que fizeram a felicidade da Pátria na Era de Quatrocentos e que a Renascença com o seu absolutismo dinástico e a sua febre de conquista veio subitamente desvirtuar. Então o Povo era uma realidade consciente, e o Rei a consciência dessa realidade. Estes dois poderes entendiam-se dentro do Estado, e por tal forma se equilibravam que não havia abuso da parte de qualquer delas, que logo o outro, na sua acção moderadora, não conseguisse neutralizar»[34].

Desde o Absolutismo Régio, o Despotismo Esclarecido, passando depois pelo Liberalismo Constitucional Monárquico, e chegando até ao Demoliberalismo Republicano, foram regimes marcados pela centralização, propiciando o abandono do indivíduo face ao poder estatal[35]. Uma vez desactivados os corpos intermédios sociais, restara somente um Estado opressor dos indivíduos, vedando-lhes a protecção da rede de associações sociais e políticas: «no curso da nossa existência de livre, meu Senhor, dois factos históricos vieram alterar profundamente a constituição da Pátria, afastando-a, mais e mais, do natural rumo da sua evolução: - no Século XVI o absolutismo da Coroa, obra da Renascença Italiana, contra o qual não puderam prevalecer as velhas franquias municipais da

[34] Idem, *Ibidem*, Ano I, N.º 3, Junho de 1914, p. 67.

[35] As pressões centralizantes e esmagadoras das liberdades sociais e locais, teriam já começado com a concepção de *Imperium* na Idade Média, elaborada para servir de esteio à acção de César emancipado de qualquer tutela jurídico-política. A concepção de Imperium foi acompanhada pelo vasto movimento de recuperação do Direito Romano, iniciado nas escolas italianas do século XIII, em particular na de Bolonha. Os legistas formados neste espírito e saídos da nobreza de toga, conselheira dos monarcas europeus, defendiam o acréscimo do poder régio em prejuízo dos poderes locais, presumindo assim, corrigir os excessos partcularistas medievais. As tendências centralistas agravaram-se na Renascença, devido à concepção patrimonial do Estado, em que o rei era considerado proprietário do Reino e, a sua acção passar a ser chancelada como sendo poder absoluto. Maquiavel teria sido um dos divulgadores do Centralismo. A Reforma Protestante, igualmente, facilitara o avanço do Centralismo, porque o colocara ao serviço do nacionalismo religioso e se refugiara na separação das esferas espiritual e secular. No século XVII, o Centralismo prosseguira a sua carreira triunfante na prática absolutista dos monarcas portugueses. No século XVIII, o Centralismo atingiu a sua máxima expressão no Despotismo Esclarecido pombalino de base iluminista, acompanhado da trama complexa de jusnaturalismos racionalistas e da extinção de convocação de Cortes. Portugal, enfim, continuou no Estado Liberal e no Estado da I República desprovido do sentido comunitário da lei natural.

NSF.indd 255 14-09-2009 14:48:39

Monarquia de Quatrocentos; muito mais tarde, no Século XIX, o liberalismo da Revolução Francesa, que as utopias da escola romântica introduziram entre nós, com o seu espírito geométrico de reformas preconcebidas e que, desorganizando completamente os quadros da sociedade antiga para lhes opor fantasias estrangeiras inadaptáveis, veio preparando o nosso meio social dia a dia, ano a ano, para esta barafunda moral e política em que vivemos e que ameaça subverter a própria Nacionalidade»[36].

A Nação caíra inevitavelmente no estatismo, o que levava à indignação de Monsaraz: «(...) acaso será isto Liberdade? Não serão os Municípios mais competentes para se administrarem de qualquer governo que esteja no Terreiro do Paço desgovernando a Nação? Este castigo não deixa, porém, de ser merecido. De representantes do povo organizado que eram, as câmaras não são hoje mais do que representantes dos partidos políticos; em vez de grémios administrativos, converteram-se em agências eleitorais; e a sua missão está portanto reduzida a obedecer às ordens do governo e a dirigir a política local, em vez de se decidirem à administração pública»[37].

Na Cartilha do Operário (1919)[38], embora Alberto de Monsaraz falasse ao operário do equilíbrio social assente na Família, na Propriedade, na Autoridade e na Religião, o seu pensamento dirigia-se à resposta que a Monarquia poderia oferecer à questão social ou entre o conflito entre Capital e Operariado. A resposta de Alberto de Monsaraz inspirou-se amplamente no pensamento da doutrina social da Igreja, preconizada pelo Papa Leão XIII na sua encíclica Rerum Novarum de 1891. A doutrina social da Igreja afigurava-se ao entendimento integralista como um caminho orientador da sociedade para a realização da felicidade, através da explicitação da lei natural, que era o fundamento das relações sociais.

A Monarquia salvaguardaria os interesses dos operários, apoiados pelos seus órgãos económicos: Empresa, Oficina e Sindicato.

Em suma, simultaneamente nacionalista e estrangeirado, o Integralismo Lusitano recolheu, em síntese, a tradição antiliberal e católica portuguesa e o pensamento contra-revolucionário, com uma forte matriz francesa, maurrasiana e positivista.

O Integralismo Lusitano à semelhança da sua congénere francesa, Action Française, passou de literário para a actuação e influência política e o seu nacionalismo de estético-literário tornou-se político.

O Integralismo Lusitano, no entanto, nunca se transformou numa liga política com uma solidez organizativa equiparável à Action Française. Por um

[36] EAM, Carta de Alberto de Monsaraz a D. Manuel II, Lisboa, 28 de Novembro de 1915.

[37] Alberto de Monsaraz, "O Nosso Rei", *Nação Portuguesa*, Ano I, N.º 3, Junho de 1914, p. 68.

[38] Idem, *Cartilha do Operário*, Lisboa, Alberto Monsaraz (Conde de Monsaraz), 1919, pp. 13 e 14. Alberto de Monsaraz aproveitando o «*terror*» ocasionado pelo impacto do pós-guerra e pelos acontecimentos internacionais, que atingiram sensivelmente as classes conservadoras, publicou a *Cartilha do Operário*, onde atacou simultaneamente a desordem e a anarquia no quotidiano, conquistando assim as boas graças conservadoras.

NSF.indd 256 14-09-2009 14:48:39

lado, a intervenção política integralista foi elitista, constituindo uma pequena rede nas Universidades, reorganizando velhos núcleos da notabilidade monárquica de província, unindo latifundiários e camponeses ricos. Por outro lado, o caciquismo do Partido Democrático impossibilitava-lhes, bem como aos conservadores republicanos, qualquer veleidade de mobilização e de crescimento considerável no mundo rural.

Nos integralistas encontramos uma certa apologia da "violência" que contrastaria com a passividade que caracterizava os liberais, prolongando-se até ao período republicano.

A sua doutrina político-social tinha os seguintes tópicos principais:

1 - insistência na necessidade de uma forte descentralização administrativa;
2 - afirmação do sentimento nacional ou patriotismo;
3 - consideração da Monarquia como forma de governo inseparável do ser histórico da Nação;
4 - defesa de um governo centrado no rei, junto ao qual não existia um Parlamento, mas sim Conselhos Régios e uma Assembleia Nacional;
5 - no aspecto sócio-económico defendiam o corporativismo.

O Integralismo Lusitano insere-se no âmbito do nacionalismo anti-liberal, defendia a religiosidade tradicional e a estabilidade social, não considerava como primacial o problema da Instrução Pública e elogiavam a ruralidade em face da perversão urbana: industrialização e cosmopolitismo.

Nos seus postulados doutrinários, o Integralismo opunha à pretensa soberania popular da I República, a Monarquia organizada e hierarquizada segundo a tradição. Ao sufrágio universal opunha, a representação corporativa dos núcleos tradicionais: família, município, profissões, sindicatos e corporações. Ao capitalismo demoliberal e burguês, o corporativismo. Ao sindicalismo revolucionário, bolchevique e socialista, o sindicalismo orgânico[39]. Ao Parlamento, uma Assembleia Nacional, digna representante das forças vivas da nação, com um carácter eminente técnico e consultivo. À centralização do Estado demoliberal, destruidor da vida local e causador da urbanização desenfreada, opunha a descentralização anticosmopolita, em nome de uma vocação rural que advinha da Idade Média.

O Integralismo Lusitano, além disso, apresentava uma série de propostas concretas essenciais à unidade: necessidade de um rei, como um líder único e incontestado que fosse o árbitro e unificador da sociedade; corporações, como

[39] A proposta integralista de sindicatos mistos baseou-se na teoria do Papa Leão XIII, que defendia a formação de associações de socorros mútuos, de patronatos, de corporações operárias, destinadas ao aperfeiçoamento intelectual e moral dos trabalhadores, na sua defesa contra a miséria e o desemprego. Leão XIII, sugeria, pois, o corporativismo, ao pugnar pela necessidade de unir patrões e operários em sindicatos mistos ou corporações.

NSF.indd 257 14-09-2009 14:48:39

forma de impor a união das classes e resolver a questão social[40]; o predomínio a conferir a nível económico à agricultura e à província, consideradas como berço das virtudes da «raça», às quais se opunham as cidades e as indústrias.

A profunda desconfiança em relação à sociedade burguesa e capitalista era uma tónica no seu ideário, sobretudo agravada pela institucionalização da sociedade demoliberal republicana. Acusavam-na de ser a responsável pela sobrexploração operária, pela usura desenfreada, pelo capital especulativo e pelo peso conferido à burguesia no tecido da sociedade industrial.

Os integralistas, mesmo depois da extinção do movimento, em 1932, mantiveram-se fiéis aos seus ideais fundadores: antiliberalismo tradicionalista, nacionalismo de matriz histórica, restauração da monarquia tradicional, descentralizada e corporativa. Embora o socialismo e o comunismo fossem para eles um derivado do demoliberalismo e, por isso, fonte de todos os males de então, preocuparam-se mais com o combate contra a maçonaria, o cosmopolitismo, o republicanismo anti-clerical e jacobino.

➢ A crítica ao novo regime

A proclamação da República constituiu o factor determinante da formação do Integralismo Lusitano. Combatia pois, a República na sua forma de «Democracia», encarada como «(...) uma rápida síntese, como que a recapitulação em quatro páginas do último capítulo da nossa História, cujas aviltantes misérias em 80 páginas se inscreveram. Nada mais»[41], a emergência reforçada de grupos sociais urbanos no campo político, a erupção revolucionária do movimento operário, uma nova dinâmica social que a crise dos mecanismos representativos do liberalismo já anunciava e da qual o advento da República resultara.

É de salientar que a contestação integralista à República não advinha da pura invocação da Monarquia, mas sobretudo da crítica da «democracia da populaça», «(...) essa democracia reles e niveladora cuja perfeita imagem encontramos em qualquer planície inculta retalhada de pântanos»[42] , ao seu constitucionalismo e à emergência reforçada de grupos sociais urbanos na política. Acusavam a «democracia» de se ter baseado somente no binómio indivíduo-cidadão, desorganizadora da Nação, transformando-a num mero ajuntamento de Homens e de Interesses.

---

[40] No modelo que os integralistas apregoavam, de uma monarquia integral, o corporativismo desempenhava um papel deveras importante, por ser a estrutura de combate, pela imposição de uma nova disciplina social (não só baseada nos bens materiais, mas sobretudo no mérito e no prestígio) e, por ser uma arregimentação das classes trabalhadoras e populares na projecção do todo social. Na *Cartilha do Operário*, Monsaraz evidencia os dois pilares da concepção corporativa: organização do sector produtivo (empresa e oficina) e a organização sindical, que pressupunha o sindicato misto, regulamentado pelo contrato colectivo do trabalho, evitando, assim, possíveis esmagamentos dos mais débeis, que eram sempre os operários.

[41] Alberto de Monsaraz, "A Carta Regicida", *Pátria Nova*, Ano IV, Número 69, 29 de Julho de 1914.

[42] Alberto de Monsaraz, "À ordem d' El-Rei", *A Ideia Nacional*, Ano 2.º, Nº22, 27 de Abril de 1916, p. 4.

NSF.indd 258 14-09-2009 14:48:39

O pretenso sufrágio universal era considerado anárquico e injusto, em que o valor do voto do instruído e do ignorante tinha o mesmo peso: «(...) O sufrágio universal atribui-o a boa Democracia a todos os indivíduos de maioridade, sábios ou ignorantes, honrados ou desonestos, para que não têm competência»[43]. O sufrágio universal era um artificialismo malabarista, pois os deputados eram previamente nomeados pelo Governo e depois é que eram propostos a sufrágio.

O constitucionalismo republicano era uma autêntica «realeza dos parvenus, a quem sem dúvida falta em escrúpulos o que lhes sobeja em ambições»[44].

O constitucionalismo republicano era uma réplica do constitucionalismo liberal monárquico, que já transferira para o povo a soberania do rei, o que propiciou o abatimento gradual dos tronos. De elemento obediente, o povo tornara-se autoritário e os reis foram declarados «empregados públicos ou mandatários da Nação»[45]: «(...) Encaixados a fundo na engrenagem parlamentarista, muitas vezes sem o direito de veto, não passavam duma espécie de titeres às ordens dos senhores deputados, que saibam manejar-lhes os cordelinhos, movimentando-os a seu belo prazer. Irresponsáveis em face da letra das constituições, quando a vida política do estado marchava bem e os horizontes se mostravam desanuviados, era sempre sobre o congresso da nação que recaíam as honras duma situação tão próspera, tão vantajosa e tão feliz. Mas ai! do rei, ai! do pobre monarca, se as coisas entravam a correr mal, se os partidos não se entendiam uns com os outros (...) então apesar de constitucionalmente irresponsável perante a Nação, logo todos vinham atribuir-lhe culpas que evidentemente não tinha, toda a gente, grada ou miúda, (...) entrava de pedir contas ao soberano, manietado e amordaçado, por haver esboçado um gesto nocivo, ou tentado soltar um grito prejudicial.

Era no tempo em que a monarquia, para conseguir salvar-se na voragem democrativa, no vendaval revolucionário que soprava de França, se confessava hipocritamente em toda a parte a melhor das repúblicas, o que levava o rei a considerar-se também, por uma questão de lógica, o melhor dos republicanos»[46].

O constitucionalismo monárquico fora, pois, o gérmen da soberania popular, que nunca atingira o grau de consciência e de unidade de pensamento que o exercício de soberania exigia. Ambos os constitucionalismos eram marcados por antagonismos excessivos, susceptíveis de criar desestabilizações, marcados pelo signo do individualismo e das constantes lutas político-partidárias: «(...) o jacobinismo republicano, filho legítimo do liberalismo jacobino, instalou, neste pobre país, trémulo e desvairado, a mesa farta da sua orgia. Estes negros tempos da República sintetizam bem, retratam fielmente, sem exageros nem lisonjas, as torvas décadas constitucionais. A desgraça vinha de longe. Foi-se pouco a pouco descaracterizando o temperamento moral da Raça, a mole e mole perderam-se-lhe

[43] Alberto de Monsaraz, *Cartilha Monárquica*, Lisboa, Alberto Monsaraz (Conde de Monsaraz), 1916, p. 7.
[44] Idem, "A eterna fita/ A «Vanguarda»", *A Monarquia*, Ano I, Nº193, 3 de Outubro de 1917, p.1.
[45] Idem, *Cartilha Monárquica*, *citado*, p.33.
[46] Idem, "Reis de ontem e reis de amanhã", *A Monarquia*, Ano III, Nº554, 20 de Setembro de 1919, p. 1.

NSF.indd 259 14-09-2009 14:48:39

as virtudes antigas de interpidez e galhardia»[47].

O parlamentarismo era considerado um sistema irresponsável, em que o poder estava dividido e era ilimitado. O Parlamento revelava apenas a força partidária e não representava o interesse nacional; os eleitores só conheciam os seus representantes quando das campanhas eleitorais. O Parlamento era incompetente pela sua origem, só servindo para perturbar a função administrativa. As suas comissões traduziam, ainda que mal, a necessidade de especializar competências: «(...) do parlamento geralmente são afastados pelos ambiciosos e charlatães políticos, os melhores lavradores e industriais, os mais sábios professores e os mais distintos engenheiros, etc; acontece que entram na comissão de finanças advogados e militares, de sorte que em regra, o escolhido para a comissão só é competente pela razão de fazer parte dela»[48]. As comissões parlamentares desdobravam-se em estudos, sindicâncias, reformas para estudar matérias que nunca eram estudadas, o que contribuía para imobilizar a acção governativa e constituíam encargos remuneratórios pesadíssimos para o Tesouro Público.

➢ **Rousseau, o precursor e o teorizador do demoliberalismo republicano**

Para os jovens integralistas, impregnados do nacionalismo tradicionalista no campo da reflexão sobre a sociedade, o 5 de Outubro era a reprodução ampliada dos princípios de 1789, contra os quais reagiu o fundamental da sua formação. Esta ruptura vai pesar determinantemente a sua passagem à acção política.

Na sua óptica, os princípios de 1789, como origem remota mas directa da República Portuguesa, veiculavam somente o indivíduo dotado de direitos e de deveres cívicos e políticos.

O individualismo (consequência directa da teorização de Rousseau), ao pressupor a integração do indivíduo na nação, sendo diferenciado como pessoa e o geometrismo do modelo de Estado resultante da Revolução Francesa, gerou o artificialismo e fechou o Homem em si mesmo. Tornou-o senhor absoluto da sua própria solidão. Sem organismos que mediassem entre si e o Estado, o Homem sentiu-se abandonado. Daí, ser esquecido como síntese orgânica do todo, perdido nos meandros da liberdade, oferecida a preço fácil. Limitado em suas visões, o Estado liberal e demoliberal não foram os defensores dos interesses permanentes do corpo e da alma da sociedade. Só uma visão integral da sociedade podia evitar a visão individualista e superar o materialismo.

Monsaraz, deste modo, considerava Rousseau como a fonte inspiradora de muitos equívocos republicanos. A liberdade individual era uma mentira, pois o Homem, do cumprimento escrupuloso dos seus deveres, é que lhe advinha os legítimos direitos. A liberdade de um indivíduo tinha de ser sempre regulada pela liberdade da comunidade. A liberdade individual contribuíra para o aparecimento no campo económico, da livre-concorrência, da liberdade de trabalho, resultando

[47] Idem, "Os sete pecados", *A Monarquia*, Ano I, Nº195, 5 de Outubro de 1917, p. 1.
[48] Idem, *Cartilha Monárquica*, *citado*, p. 21.

NSF.indd 260 14-09-2009 14:48:39

a exploração do operariado pela burguesia e pela alta-finança. No campo moral, incrementara a opressão e a perseguição das crenças religiosas. No campo político, a consignação das liberdades só se verificava na teoria, pois, na realidade, proibiam-se comícios e publicação de jornais monárquicos, etc.

Alberto de Monsaraz, no sua primeira emigração, desgostado com a situação nacional, comentava-a a António Sardinha da seguinte maneira: «(...) o que dizes de Portugal é o que eu digo e sinto também. O Destino arrasta-nos para o cataclismo final. Temos de beber até à última gota a nossa amargura da taça do fel. Paciência»[49].

➢ A I República vista por Alberto de Monsaraz na *Cartilha Monárquica*

Na sua obra de divulgação e de propaganda doutrinária, *Cartilha Monárquica*, saída a público pela primeira vez em 1916, Alberto de Monsaraz elabora uma síntese bem conseguida no esclarecimento sistemático de elementos acusatórios acerca da orgânica e do funcionamento da República. Esta afigurava-se-lhe como um regime político primário, composto por povos que renegavam o passado e a tradição. A República ter-se-ia empenhado em repudiar a herança do passado, ligada inevitavelmente a reis, santos e a monges. O Governo republicano não proibiu desacatos ocorridos a monumentos religiosos, mas proibiu conferências ou manifestações públicas que consagravam vultos históricos. Igualmente, o Estado adulterara a pretensa verdade histórica, minimizando a acção de reis e de nobres, procurando ignorar a acção que o Cristianismo prestara ao país.

A República corresponderia, assim, a um desenvolvimento incipiente dos povos.

Alberto de Monsaraz considerava a fórmula democrática (governo do povo pelo povo), como «(...) a doença dos povos que já perderam ou ainda não acharam a direcção do seu destino. Democracia e Nação, Democracia e Justiça, Democracia e Exército, Democracia e Autoridade são conceitos que se excluem»[50]. A democracia confundia as classes, pois não as organizava corporativamente, antes as confundia e dispersava, receando o seu impacto no poder político. A democracia só tinha uma aspiração: dominar a política através da maioria parlamentar. A democracia conduzia à indisciplina, falseando as noções de dever, pela ampla e ilusória atribuição de direitos e pela propaganda anti-religiosa.

Na República demoliberal não havia municípios, apenas delegações que serviam o partido que as elegeu. A câmara municipal deu lugar ao centro político. A câmara municipal não passava de um feudo do notável ou do cacique local. Os seus membros tinham como único critério de recrutamento, serem fiéis ao partido do "chefe". A câmara municipal não correspondia aos interesses nacionais, mas sim à corrupção, à ambição e à incompetência.

Os integralistas insurgiam-se contra a visão puramente administrativa

[49] EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta nº 149, Carta nº49, Paris, 5 de Agosto de 1912.

[50] Alberto de Monsaraz, *Cartilha Monárquica*, *citado*, p.5.

NSF.indd 261 14-09-2009 14:48:39

do municipalismo, atribuída ao liberalismo monárquico constitucional e ao demoliberalismo republicano. Assim, segundo o ensinamento integralista, não era admissível que o município servisse o Estado, numa óptica centralizadora, mas, pelo contrário, cabia ao Estado servir os municípios, que seriam a sua razão de ser.

Não havia descentralização, porque o Governo ao ser eleito fomentava uma inevitável e incontornável clientela, gerando-se um sistema de relações marcado pela corrupção e pela imoralidade. As províncias eram sacrificadas em nome de Lisboa e as autoridades locais eram autênticos «delegados eleiçoeiros do governo e não órgãos de administração pública»[51].

A fórmula democrática ao unificar a lei, não respeitava a diferença orgânica dos municípios, reduzindo-os a meros concelhos do mesmo padrão económico.

A instituição da Província não existia, tendo a República associado concelhos de índole económica diversa numa circunscrição, denominada por distrito. Os distritos existiam só para fins eleitorais e deviam-se a cedências de cidades com um considerável desenvolvimento. As delegações distritais eram inoperantes e irresponsáveis.

À frente dos distritos estava o governador civil, que superintendia a comissão distrital, que era acusada de não legislar, de não actuar e que vivia na dependência dos chefes políticos. O governador civil só se preocupava com as eleições, não tendo iniciativa, nem responsabilidade. Dada a sua inconstante ou temporária permanência no desempenho do cargo, não implementava o desenvolvimento.

A República substituíra o interesse nacional pelo interesse partidário, em que os partidos não passavam de «agrupamentos numéricos de indivíduos-eleitores, lutando em nome do interesse público para utilidade dos associados»[52].

A política diplomática (sempre uma preocupação constante no pensamento de Alberto de Monsaraz) era extremamente vulnerável às influências internacionais da maçonaria, que combatia a ideia de Pátria, imperando somente a demagogia, a plutocracia e a venalidade dos cargos políticos. Os governos das nossas colónias eram oferecidos em troca de favores políticos, tendo a República antes do eclodir da primeira conflagração europeia, entregue à Alemanha, através do «regimen de porta aberta», todo o futuro económico. Esta prática republicana, influenciada supostamente pela maçonaria, fez com que Alberto de Monsaraz considerasse a situação diplomática lusa abaixo da Turquia e sinónima de não pertencermos à comunidade internacional.

O representante máximo da República, o Presidente da República, era aquele que era eleito não por ser o melhor, mas porque o seu partido político era o mais poderoso nas urnas de voto. A sua actuação revelava-o como um delegado do partido e a limitação do respectivo mandato favorecia a irresponsabilidade e

[51] Idem, *Cartilha Monárquica*, *cit.*, p.31.
[52] Idem, *Cartilha Monárquica*, *cit.*, p.13.

NSF.indd 262 14-09-2009 14:48:39

protelava resoluções necessárias à sociedade: «(...) a instabilidade do presidente que alimenta uma quase permanente guerra civil, não lhe permite conhecer os homens, seguir a experiência das reformas, mostrar energia nas resoluções, porque não há unidade de poder. (...) o Presidente revela-se como o delegado dum partido, sem prestígio que os mais ligeiros confrontos não comprometem. Ele leva com os votos dos que o elegeram as ideias e os ódios do partido a que pertencia»[53]. O mandato do Presidente da República era marcado pela precariedade e pela efemeridade. Os integralistas atacavam o Presidente da República não por ser o máximo cargo da magistratura pública, visto, aliás, como insignificante à luz do «curso multi-secular e épico da História», mas sim pelos princípios democráticos que o sustentavam.

A República desorganizara a família (célula básica de uma sociedade sã), ao pugnar pela sua ruína moral; pela institucionalização do divórcio; pela perfilhação dos filhos ilegítimos; pela alteração da ordem sucessória; pela identificação dos direitos dos pais com o dos filhos, logo que estes chegassem à maioridade; pela pretensão de conferir direitos políticos à mulher, no sentido de a igualar ao homem, desviando-a da sua natural função de mãe e de educadora dos filhos[54].

As oligarquias democráticas restringiam os direitos de propriedade, ao espoliarem os produtores, através da carga fiscal, de uma legislação anti-económica, que expropriava os proprietários em nome do sindicalismo rural, sobretudo no sul do país.

Denunciava a perseguição republicana à crença católica, acusando o Estado de ter extorquido à Igreja grande parte dos seus bens, demolido edifícios religiosos, expulsado ordens religiosas, proibido manifestações de culto público, encarcerado bispos e padres, vexado freiras, partido cruzes de igrejas e de cemitérios. Sob a pretensa isenção do ensino escolar, veiculava um ensino anti-religioso e perseguia professores católicos. Proibia aos padres portugueses o uso de hábitos nas ruas, para os permitir a padres estrangeiros. Assinalava a extinção de missões religiosas portuguesas, consentindo as alemãs, inglesas e francesas em Angola e Moçambique.

Perante este quadro caótico e degradante que a República portuguesa propiciara, Monsaraz, num tom irónico, considerava-a «(...) em princípio é absolutamente lógica. Não resta dúvida. (...) Desde Pisístrato a Júlio César, de Júlio César a Cromwell e de Cromwell a Bonaparte, passando pela infinidade de tiranetes das repúblicas italianas, a História só nos revela repúblicas lógicas com os seus princípios, lógicas sobretudo com aquele sentido superiormente igualitário que lhe atribuem os discípulos microscópicos de Rousseau»[55].

---

[53] Idem, *Cartilha Monárquica*, *cit*., p.23.

[54] Os integralistas repudiavam a modificação operada no Direito português, que se alargara à esfera do Direito Privado. As alterações mais significativas ocorreram, deste modo, na família. Os integralistas acusavam a República de, ao ditar as leis da família, colocar em causa a sua permanência.

[55] Alberto de Monsaraz, "A eterna fita/ A «Vanguarda»", *A Monarquia*, Ano I, Nº193, 3 de Outubro de 1917, p. 1.

NSF.indd 263 14-09-2009 14:48:39

A República arriscava-se a estar eternamente vedada do bom uso da autoridade institucional e legítima, pois facilmente trocava os seus princípios basilares pela «tirania dum ou mais homens, a tirania nua e crua, feroz e sanguinária». Era um regime próprio da evolução política incipiente dos povos, quase como se ela remontasse o Homem ao tempo do "Bom Selvagem": «a República é uma forma de governo muito anterior às primeiras monarquias. Antes de se eleger o chefe nas comunidades primitivas (...) viviam estes em perfeita democracia, direi mesmo, em perfeito comunismo, tudo pertencendo a todos, desde as mulheres às terras fecundas, do poder judicial ao direito incontestável de mandar. É essa a fase embrionária das sociedades que corresponde ao protoplasma na ordem biológica à mónera na base do reino animal»[56]. Monsaraz, reportando-se ao caso específico português, num tom algo irónico e de realidade histórica intencionalmente mitificada, referiu que a Realeza Afonsina fora antecedida por um período de república democrática, sob a égide dos lusitanos. No entanto, deduzia que os lusitanos em tempos de guerra prefiguravam já um figurino político estável e duradouro, com a eleição de um «Cônsul» ou de um «Soberano», superior aos demais e aglutinador dos poderes comunitários. Monsaraz, mesmo assim, referia ter maior consideração pelos lusitanos de outrora do que dos contemporâneos do seu tempo que, além de continuarem a ser republicanos demoliberais, chegavam a ser muito mais primitivos, ao aceitarem de ânimo leve a beligerância portuguesa na guerra mundial, defenderem a sua manutenção e até a intensificaram, sem olhar pela integridade da Nação portuguesa.

Os teóricos integralistas (os da primeira geração) recuperaram a ideologia antiliberal e contra-revolucionária do século XIX nacional, introduzindo na cultura política portuguesa os elementos fundamentais do processo de legitimação ideológica do derrube da I República: interpretação nacionalista da história de Portugal, que acentuava o liberalismo como um corpo estranho à tradição portuguesa e responsável pelo seu declínio. «(...) a posse da doutrina integralista exclui, portanto, completamente, as ideologias sentimentais que enformaram no século passado o espírito da nossa sociedade e que desde 1820 a 1908 (pois Vossa Majestade já reinou sobre uma república) vieram dia a dia preparando o terreno, para nele a demagogia pouco escrupulosa florescer. (...) O Constitucionalismo, ontem baqueado foi apenas uma forma de transição para esta república; os que querem o Constitucionalismo, ressurgido amanhã, seja também uma forma de transição mas para um regimen de disciplina e autoridade, em que a Liberdade não afogue as liberdades e em que o poder pessoal d'El-Rei facto positivo e palpável, se exerça decisivamente, tomando resoluções e responsabilidades efectivas, numa palavra reinando e governando»[57]; e, defesa de um Estado forte, hierarquizado e antidemocrático. «(...) os defensores do Integralismo Lusitano esperam que a sociedade portuguesa, hoje tiranizada, por esse miserável conceito

[56] Idem, "A eterna fita/ A «Vanguarda»", *A Monarquia*, *citado*, p. 1.
[57] EAM, Carta de Alberto de Monsaraz para D. Manuel II, Lisboa, Janeiro de 1917.

NSF.indd 264 14-09-2009 14:48:40

de Liberdade, cheio de hipocrisia que o romantismo revolucionário nos legou, se adapte novamente aos princípios políticos que fizeram a felicidade da Pátria na Era de Quatrocentos (...) há perto dum século vieram as ideias da Revolução Francesa, como outrora tinham vindo os da Renascença italiana, alterar a corrente evolutiva da nossa tradição, conseguindo apenas substituir passados uns oitenta anos de Liberdade constitucional, o absolutismo do Paço pelo absolutismo da Rua»[58].

Na introdução ao livro de "A Questão Ibérica" o ataque à República continuou na mesma toada, embora atingisse novos contornos, com o fervilhar da agitação existente no seio da nação lusa, relativo à entrada eminente e inevitável de Portugal na Grande Guerra e, acompanhado por uma vez mais pelo hastear da bandeira da hispanofobia: «em 1820 a derrocada começou e já os melhores esforços nada valeram para nos deter na marcha para a República, cujas provas ninguém poderia esperar tão rápidas e concludentes. Como uma violência imposta às condições em que a nacionalidade se individualizou, a solução não podia deixar de ser negativa e conduzir-nos até este turbilhão de indisciplina que ninguém já pode conter, em nome de princípios que a autorizam e estimulam constantemente.

Um povo a quem roubaram o sentido da ordem social e que nos intervalos da sesta se envenena com uma imprensa de fadistas; um exército em que os sargentos mandam nos capitães e cujos oficiais se desrespeitam como apaixonados políticos de facção; um operariado perdido pelos agitadores na incerteza das mais dissolventes quimeras; magistratura servil e sem espírito de classe; lavoura fatalista e desorganizada, tudo vive entregue a um Estado, senhor da Ordem, que há muito reconhece e protege oficialmente uma categoria profissional nova, os revolucionários civis…»[59].

Alberto de Monsaraz realçava o carácter de luta permanente de ambições injustas, a burla do sufrágio e da corrupção, como sendo partes intrínsecas da I República demoliberal, que só vingara pelo abastardamento das instituições monárquicas, cuja queda se deveu aos reis começarem a duvidarem das suas causas, passando a ser com a consignação da soberania popular, reféns considerando os integralistas que afinal, quem proclamara a República foram os próprios monárquicos[60]: «não haja ilusões. Há 81 anos que vivemos em República.

[58] Alberto de Monsaraz, " O Nosso Rei", *Nação Portuguesa*, Ano I, N.º3, Junho de 1914, p. 67.

[59] AA VV., *A Questão Ibérica*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1916.

[60] Monsaraz, no seu artigo intitulado "Os sete pecados", publicado no diário *A Monarquia*, n:195, de 5 de Outubro de 1917, elaborava uma autêntica genealogia da desgraça em Portugal. Assim, a desgraça começara quando o caminho normal da tradição histórica nacional foi desviado. O seu primeiro arauto fora o Marquês de Pombal que expulsara os jesuítas, defensores da disciplina católica. O centralismo estatal pombalino absorvera as franquias populares. Gomes Freire de Andrade propiciara a invasão estrangeira de Portugal, em nome da fraternidade maçónica. Manuel Fernandes Tomás conluiando-se com os espanhóis numa tentativa de se constituir uma forte federação ibérica, esqueceu completamente a independência pátria. D. Pedro, considerado mau filho, mau vassalo e mau cidadão, depois de ter privado Portugal da sua colónia mais rica (Brasil),

NSF.indd 265 14-09-2009 14:48:40

Os últimos quarenta meses de demagogia descalça e reles são a consequência forçosa de mais meio século dessa orgia desenfreada a cuja ignomínia, hipócrita, presidia uma coroa real»[61].

A República não era, pois, uma solução credível para a resolução do problema social, vexava e perseguia o operariado: «(...) essas oligarquias são necessariamente inimigas do operariado. Necessitam de votos para se manterem no Poder, e os votos são os indivíduos desorganizados quem lhos dá, e não o operariado que tem organização e se mantém apenas no campo da luta económica. Por outro lado uma República é sempre uma plutocracia onde o capital põe e dispõe, sem se importar com o que o operariado venha a sofrer»[62].

No artigo "Os sete pecados", publicado no diário A Monarquia, número 195, de 5 de Outubro de 1917, Monsaraz oferece-nos a sua leitura sobre os primeiros sete anos de vigência republicana. Eis o balanço: 1º ano- A República escurraçou a Igreja, expulsou o clero, considerou os proprietários como meros detentores das suas propriedades, colocou a saque e, em benefício próprio, os palácios reais. Depois de uma «ignominosa farçada eleitoral» tentou ser reconhecida diplomaticamente pelo Estarangeiro.

2º ano - Encheu as cadeias de inocentes, ordenou o exílio de muitos outros «milhares e milhares de portugueses dos mais leais e dos melhores servidores do seu País».

3º ano - Lançou impostos pesadíssimos sobre a propriedade privada, de forma a engrandecer a obra financeira dum «ministro tirânico e brutal». Negociou Angola com a Alemanha e fez concessões imorais a governantes.

4º ano - marcado pelo eclodir do conflito mundial, sendo a República incapaz de manter uma neutralidade, de forma a salvaguardar um possível apoio à Inglaterra, esperando que fosse a Inglaterra, por sua própria convicção, reclamar o apoio português e, não o contrário. A República embarcara o País na «aventura da guerra», sem tornar público as prévias negociações luso-britânicas e, sem se saber as compensações do esforço de guerra dispendido.

5º, 6º e 7º anos de «democracia afonsina», agravaram-se as despesas de guerra e as finanças do Estado; acusava os inimigos da República de inimigos da Pátria; sob o pretexto de manifestações aos países aliados, assaltavam-se

arrogando-se à vaidade de ser soberano do Brasil, quis ser soberano português. Mouzinho da Silveira desorganizara o estado social vigente, para lhe incutir fantasias maçónicas. Joaquim António de Aguiar expulsara barbaramente os frades portugueses, outrora preciosíssimos no agricultar do solo, quando Portugal decidiu embarcar para a *«sepultura do Mar»*. Évora-Monte, considerada a primeira *«tarde rubra»* que derrubou a *«verdadeira Monarquia»*, através do maçonismo estrangeiro. D. Maria II ao pedir auxílio aos espanhóis liberais para que sufocassem a revolta popular Maria da Fonte, imprimira um rude golpe ao profundo anseio do regresso às *«leis antigas»*. D. Carlos, *«o rei de todos os presidentes coroados do Constitucionalismo»* e, apesar de querer resgatar Portugal dos erros acumulados, acabou por ser assassinado pelas *«sociedades maçónicas»*. Como corolário dos erros acumulados, aparecia o caciquismo republicano a comprar consciências durante os actos eleitorais, oferecendo em troca empregos e benefícios.

[61] Alberto de Monsaraz, "A Carta Regicida", *Pátria Nova*, Ano IV, Número 69, 29 de Julho de 1914.

[62] Idem, *Cartilha do Operário*, Lisboa, Alberto de Monsaraz (Conde de Monsaraz), 1919, p. 18.

NSF.indd 266 14-09-2009 14:48:40

redacções de jornais (como foram as sucessivas ao A Monarquia); a censura política amordaçava a Imprensa; a guarda republicana aproveitando o ensejo da repressão à primeira greve havida, fuzilava tudo e todos na ruas de Lisboa, incluindo o «bom povo português» e o próprio regime.

Em suma, constatamos, deste modo, que a partir da década de 10 do século XX português, surge uma reacção nacional na literatura (Futurismo)[63], na política (Integralismo Lusitano) e na religião (Centro Académico de Democracia-Cristã de Coimbra), contra a proclamada decadência, o estrangeiramento e o parcelamento partidário que o liberalismo iniciara e o demoliberalismo acentuara entre nós. Estas correntes influenciaram-se e interpenetraram-se[64].

A crítica do individualismo (teorizado por Rousseau), da democracia das instituições, do parlamentarismo, baseia-se numa nova visão do Homem, como um repto ao racionalismo então vigente, determinado por condicionamentos históricos e motivado por sentimentos.

O Integralismo Lusitano pretendia restaurar não a monarquia em Portugal, mas Portugal pela monarquia. A luta a travar contra a República tinha de ser acompanhada pela criação de uma atmosfera que criasse o ambiente propício a que o rei pudesse surgir. A tarefa integralista prioritária consistiu no lançamento de um élan renovador, pois qualquer ideia não triunfaria enquanto o ambiente envolvente não a manifestasse como madura. Tal fora a lição aprendida com Oliveira Martins.

Numa fase posterior, urgia demarcar a particularidade e independência integralista no seio dos monárquicos, de forma a implantar a «Verdade Monárquica»: «(...) não temos responsabilidades passadas; não queremos tê-las presentes, para não nas poderem atribuir no futuro. A nossa organização fazêmo-la nós e, mercê de Deus, vai caminhando rápida e eficazmente. A elite da mocidade portuguesa ouviu-nos tocar a rebate e, sempre nobre e generosa, acorreu à brecha onde pelejamos pela maior glória da Nação e do Rei.

Acima da Junta Central está apenas Vossa Majestade, ou o Seu Lugar-Tenente quando transmite as Suas Régias determinações. Por isso sempre que seja urgente prestar ao Conselheiro Aires de Ornelas, de fora, todo o apoio da nossa

[63] Fernando Pessoa foi o mais político de todos os futuristas portugueses. Esta sua tendência política manifestar-se-ia logo em 1912, ao publicar na revista do grupo Renascença, *A Águia*, os seus ensaios sobre *A Nova Poesia Portuguesa*, onde Pessoa adoptou em matéria política, alguns pontos doutrinários que seriam muito queridos aos integralistas: reforço do poder; necessidade política e social de uma disciplina; descrença no valor nacional das forças então em presença (monárquicos e republicanos estrangeirizados pelo constitucionalismo); recusa do demoliberalismo republicano luso, expresso sobretudo no radicalismo anticlerical, jacobináceo e intelectualmente pobre do democratismo afonsista; repúdio das fórmulas democráticas com o seu famoso triângulo: Liberdade, Igualdade e Fraternidade; necessidade de um Estado ditatorial de transição para um sistema político de raiz nacional; e, necessidade de recriação de uma doutrina verdadeiramente portuguesa que enformasse o Estado.

[64] Fernando Pessoa colaborou em *Aqui d'El Rei!*, do integralista João do Amaral, e António Sardinha colaborou na *Contemporânea*, do futurista José Pacheco. Posteriormente, Oliveira Salazar veio encontrar apoios fundamentais no integralista Manuel Múrias e no futurista António Ferro.

NSF.indd 267 14-09-2009 14:48:40

força, bastará um gesto, um simples gesto, e estaremos entre os seus mais rijos defensores. Imiscuirmo-nos numa organização (Causa Monárquica liderada por realistas constitucionalistas) que só poderia enfraquecer-nos, e à ideia que representamos, isso nunca. Nada de confusões»[65].

As teorias integralistas apareciam como radicais, novas e estruturadas. Tinham todas as características de combatividade, radicalismo e novidade necessárias para conquistar a juventude conservadora. Iniciou uma série de campanhas que seriam pedras basilares na união dos conservadores: o ataque aos políticos e aos partidos republicanos; ataque à corrupção do Estado republicano demoliberal; e a mística aglutinadora das forças reaccionárias em torno do nacionalismo, apresentado como uma teoria nacional em luta contra a anti-nação, assim definida pelo ponto IV da adesão ao Integralismo: «a anti-nação é formada pelos maçons, pelos políticos, pelos plutocratas, pelos estrangeiros, que nenhuma parte devem ter no Governo»[66].

➢ **A fragilidade da I República: os governos, os políticos e os partidos políticos**

A fragilidade dos Governos de coligação e a recusa de António José de Almeida em chefiar um novo Gabinete, por falta de apoio parlamentar para a pretendida amnistia aos monárquicos, levaram o Presidente da República Manuel de Arriaga a entregar a chefia do Governo, em Janeiro de 1913, a Afonso Costa, cujo prestígio se mantinha inalterado[67].

O dirigente democrático imprimiu um novo estilo à governação, caracterizado pela firmeza na repressão da agitação social e na defesa da ordem pública pela prevenção de quaisquer tentativas sediciosas por parte das forças monárquico-clericais. Alberto de Monsaraz não se escusou a fazer o balanço desta governação, considerando que o «(...) Dr. Afonso Costa (..) se impusera a esta malfadada terra pela ferocidade dos seus intuitos e processos de dominar»[68].

Muitos anos depois, em 1933, Monsaraz continuava a tecer afirmações pouco abonatórias a Afonso Costa (o inimigo figadal dos integralistas) e ao seu Partido Democrático, que considerou «formado pelos quadros do velho partido republicano da propaganda, acrescido dos piores elementos do rotativismo

[65] EAM, Carta de Alberto de Monsaraz a D. Manuel II, Paris, Maio de 1917.

[66] EAM, "Adesão ao Integralismo Lusitano".

[67] Afonso Costa é, sem dúvida, o dirigente político que mais marcou a vida da I República até ao Sidonismo. A ele se deveram as principais reformas do novo regime no campo jurídico e social, a lei do Registo Civil (20/2/1911), a lei da separação da Igreja e do Estado (20/4/1911), o conjunto de leis da família, divórcio e casamento como contratos civis, protecção dos filhos, perfilhação dos filhos ilegítimos, investigação da paternidade ou da maternidade, alimentação e socorro às mães de filhos ilegítimos (25/12/1917), a lei do Inquilinato, a lei da reorganização judiciária, a lei dos acidentes de trabalho e lei da Imprensa. A laicização operada na vida civil por significativa redução do papel da Igreja Católica e o novo quadro institucional da família com a outorga de importantes direitos à mulher, abriram caminhos irreversíveis na história das instituições e das mentalidades.

[68] Alberto de Monsaraz, "Política interna/ A Amnistia", *Nação Portuguesa* , Ano I, n.º1, 8 de Abril de 1914, p. 26.

NSF.indd 268 14-09-2009 14:48:40

monárquico, exercia num implacável exclusivismo sem escrúpulos, a mais descarada ditadura parlamentar. (...) o partido democrático, omnipotente senhor das urnas, ditava a lei a Portugal, entricheirado por trás da sua dócil maioria Serva, que os favores do Poder e a protecção oculta das lojas, tornaria inaceitável e irremovível»[69]. Monsaraz retomava a antiga táctica integralista que identificava «democracia» e I República, verificando-se, na realidade, que essa democracia era muito limitada, pelo sufrágio restrito (só os alfabetizados votavam), pelo caciquismo do partido Democrático, que conduzia a que os outros partidos e forças políticas não passassem de agrupamentos de notáveis, e com uma frágil malha partidária, sem qualquer mobilização no mundo rural.

Os comentários acerca de Afonso Costa também não eram favoráveis: «...o chefe de Estado, figura decorativa e inoperante, não possuía sequer o direito de dissolução. Quem mandava, quem tripudiava draconiamente era o Costa, o célebre Costa e a sua quadrilha. Começara o saque... Os escândalos sucediam-se com um descaro que a opinião pública, apesar da liberdade de Imprensa, não conseguia impedir, nem ao menos atenuar»[70]. Em 1945, no opúsculo *Altura Solar*, encontramos ecos da hostilidade de Alberto de Monsaraz para com o Partido Democrático e Afonso Costa: «os primeiros anos da República pertenceram exclusivamente ao partido republicano português- o de Afonso Costa: só ele é que existia, só ele é que mandava, só ele tinha razão. Foi o monopólio de uma longa e absorvente governança parlamentar, apoiando-se na Rua; e quem diz Rua designa sempre, não o Povo, mas aquela massa oscilante e desarreigada de indivíduos, sem finalidade nem princípios, que leva a anárquica existência de oportunismo criticando e caluniando tudo e todos, em nome das suas fantasias absurdas, das suas ambições desprezadas, dos seus apetites insatisfeitos»[71].

Apesar de o Governo ter sido bem sucedido e atestado pelos excelentes resultados obtidos pelos Democratas nas eleições suplementares de Novembro de 1913 (33 lugares em 37 possíveis), o que lhe assegurava folgada maioria da Câmara dos Deputados, a estabilidade política nunca foi alcançada.

Preocupado com o ascendente prestígio dos Democratas e de Afonso Costa, o Presidente Arriaga procurou impor um novo Governo de coligação de orientação mais moderada, a quem remeteu o encargo da revisão da Lei de Separação e da concessão de uma vasta amnistia aos contra-revolucionários monárquicos. Em face disto, Afonso Costa demitiu-se e foi substituído por Bernardino Machado.

A 9 de Fevereiro de 1914, Bernardino passava a ser o dirigente do Governo de conciliação, com uma maioria de independentes, embora com o apoio dos Democratas, que já controlavam o aparelho administrativo.

Com o acordo de Democratas e de Unionistas logo se anunciou uma ampla

[69] Alberto de Monsaraz, "Arriaga Ditador", *Revolução/ Diário Nacional Sindicalista da Tarde*, Ano II, N.º 356, 15 de Maio de 1933, p. 1.

[70] Idem, "Arriaga Ditador", *Revolução/ Diário Nacional-Sindicalista da Tarde*, Ano II, N.º356, 15 de Maio de 1933, p. 1.

[71] Idem, *Altura Solar/ Marcando posição*, Lisboa, Cadernos do Sextante Pro Domo, 1945, pp. 15 e 16.

NSF.indd 269 14-09-2009 14:48:40

amnistia, que viriam a ser libertados monárquicos presos e proscritos, mas também agentes da formiga branca que «(...) - nem se sabe quais são- abusaram de sua autoridade nesses vexames e torturas. Reconhecem-se as atrocidades cometidas, procura-se até certo ponto repará-las mandando em paz as vítimas e, na mesma carta de clemência, perdoa-se os algozes»[72]. A amnistia abrangeu 3000 pessoas, das quais 1200 encontravam-se presas. No entanto, continuaram banidos pela República: Paiva Couceiro, Jorge Camacho, João de Azevedo Coutinho, Vítor Sepúlveda, Homem Cristo, padre Domingos Pereira, Júlio César, Júlio Barroso, Mário de Sousa Dias e João de Almeida.

Para Alberto de Monsaraz, Portugal vivia num clima de impunidade, não tendo a justiça condições para distinguir entre as vítimas e os culpados do sistema imposto. A lei da amnistia traduzia linearmente a justiça portuguesa: distorção, superficialidade e irresponsabilidade. Monsaraz, criticava o facto de, apenas da libertação imediata dos considerados criminosos políticos, os processos judiciais não eram arquivados, o que dava azo a adiamentos e a sucessivos julgamentos. Outra acusação que fazia baseava-se na precipitação que da aplicação da lei, o que propiciava a negligência de delitos cometidos e a consequente libertação dos agressores.

Alberto de Monsaraz saudava a anunciada mudança política: «entre nós o político democrático - que nas várias épocas da História tem sido um misto de ideólogo e de velhaco, mergulhou agora na Boite à surprises das manigâncias governamentais e aparece-nos súbito, ele que ainda há pouco representava a tirania sectária do Dr. Afonso, transmudado em sorrisos e transigências, com uma insinuante máscara de pêra e bigodes brancos, na encarnação do Conselheiro Bernardino. É isto positivamente! Ora o Conselheiro Bernardino, embaixador desacreditado nas bandas di lá precisava de novas credenciais que o autenticassem como enviado tranquilizador dos democráticos junto da opinião pública monárquica, que é afinal a opinião pública neste país»[73].

Para Alberto de Monsaraz, esta mudança governamental não era gratuita, tendo quiçá o intuito de instrumentalizar a opinião pública monárquica. A República, de forma consciente, estaria a aproveitar-se de Bernardino Machado, que fora um ex-político monárquico, deputado regenerador por Lamego, Par do Reino em 1890 e Ministro das Obras Públicas em 1893.

Entretanto, ressurgiam os jornais monárquicos A Nação e O Dia. Alberto de Monsaraz considerava que se devia aproveitar a oportunidade, dirigindo a Moreira de Almeida[74]: «Snr. director do «Dia», se a sua pena de jornalista era uma

[72] Idem, "Política interna/ A Amnistia", *Nação Portuguesa*, Ano I, n.º1, 8 de Abril de 1914, p. 27.

[73] Idem, "Política interna/ A Amnistia", *Ibidem*, pp. 26 e 27.

[74] A *Nação Portuguesa* apresenta duas cartas assinadas por «Um português tão desiludido do 4 como do 5 de Outubro», tendo em vista incentivar o director de *O Dia* (Moreira de Almeida) no combate em prol da Monarquia e pelo retorno da Tradição. V. "Carta ao sr. Moreira de Almeida", *Nação Portuguesa*, Ano I, nº1, 8 de Abril de 1914, pp. 24 e 25, e "Segunda carta ao sr. Moreira de Almeida", *Nação Portuguesa*, Ano I, nº2, 8 de Maio de 1914, pp. 53 e 54.

NSF.indd 270 14-09-2009 14:48:40

lanceta incisiva, mas hesitante às vezes na forma de cortar, é necessário hoje que se transforme num verdadeiro montante, certeiro e vingador»[75].

A situação da República não se apresentava tranquila. Em 2 de Março de 1914, Bernardino Machado fora forçado a ir ao Parlamento responder à interpelação de um deputado acerca de notícias que davam como consumado o acordo de partilha anglo-germânico das colónias portuguesas. No dia 9 de Março, o tema passava a ser tratado no Senado.

Para Alberto de Monsaraz, Portugal atingira já, em consequência da República, um ponto de extrema fraqueza e de ruptura internacional, a Alemanha e a Inglaterra negociavam a partilha da África portuguesa. «À Inglaterra Moçambique e a Índia, Angola à Alemanha e a nossa pobre terra, miserável de indiferença, arvorada do Algarve ao Minho em reino de opereta sob a hegemonia imperial de Castela. Para contentar a França neste banquete de corvos, cedem-lhe o Riff que os espanhóis ocupam, garantem-lhe a unificação do seu protectorado marroquino»[76].

A desconfiança de Alberto de Monsaraz era confirmada no dia 1 de Maio, quando o jornal *O Dia* reproduziu um telegrama de Viena sobre a conclusão de negociações secretas anglo-germânicas, como veremos adiante.

Monsaraz considerava que Portugal, sob a vigência monárquica, tivera uma efectiva e promissora política externa e apontava como paradigma do exercício da boa política externa o reinado de D. Carlos. De facto, D. Carlos, graças aos laços de parentesco e a uma hábil diplomacia, restabeleceu as relações luso-inglesas: «a aliança com Inglaterra, nesse tempo inimiga irredutível da Alemanha, assegurava-nos como povo pequeno, uma existência fácil, sem preocupações de ordem exterior»[77]. A aliança entre Portugal de Carlos I e a Inglaterra de Eduardo VII tomara o carácter de um pacto dinástico, ao ponto de a diplomacia obter resultados extraordinários, como foi o caso de o Marquês de Soveral ter granjeado prestígio e amizade na corte inglesa. A presença de Soveral em Londres possibilitou a recuperação do diálogo entre as duas nações, o que permitiu a assinatura do tratado de Junho de 1891 e a denúncia portuguesa do acordo secreto Anglo-Germano de 1898 sobre a eventual partilha do império ultramarino português.

Outro exemplo da hábil política diplomática de D. Carlos I, foi a sua visita aos principais países europeus. Em resultado dessas viagens, visitaram Portugal monarcas de importantes países que poderiam influenciar a segurança da metrópole e do ultramar. Eduardo VII de Inglaterra e Afonso XIII de Espanha visitaram Portugal em 1903: «quando Afonso XIII, vai para dez anos, visitou o povo português, ao entrar na nossa terra, depois de haver transposto as desoladas

[75] Idem, "Política interna/A Amnistia", *Nação portuguesa*, Ano I, n.º1, 8 de Abril de 1914, p. 27.
[76] Idem, "Política exterior/Um Sonho Imperialista", *Nação Portuguesa*, Ano I, n.º1, 8 de Abril de 1914, p. 29.
[77] Idem, "Política exterior/ Um Sonho Imperialista", *Nação Poruguesa*, Ano I, n.º1, 8 de Abril de 1914, p. 28.

NSF.indd 271 14-09-2009 14:48:40

regiões da Extremadura Espanhola, teve uma exclamação irreprimível de encanto: «Que país tan hermoso!»[78]. Em 1904 foi a vez da rainha Alexandra de Inglaterra, do imperador Guilherme II da Alemanha e do Presidente da República Francesa, Emile Loubet.

Como antítese dos êxitos do reinado de D. Carlos, Monsaraz assinalava a singularidade republicana portuguesa, incapaz de zelar convenientemente pela integridade e soberania de Portugal. Estes males decorriam de a República não poder usufruir das tradicionais ligações e pactos dinásticos. A seu ver, o país estaria com o seu prestígio internacional seriamente abalado e vulnerável às pretensões externas: «(...) ainda em 1910 se apoderavam os alemães de alguns fortins que mantinham a nossa soberania a sul de Moçâmedes e, de então para cá, as transigências do Regimen perante a intervenção estrangeira, contam-se quase pelos seus dias de vida. Ontem era a Itália protestando contra a profanação da Igreja do Loreto e a Inglaterra, que ameaçava o governo de Duarte Leite de garantir a ordem pública em Lisboa com a polícia de Gibraltar. Hoje, segundo se diz, é o ministro alemão impondo ao chefe do Estado a amnistia política. Amanhã será porventura o decreto da porta aberta em Angola ou a abolição do Padroado do Oriente exigidos pelo corpo diplomático em peso. É positivamente um desmanchar de feira»[79].

Por outro lado, suspeitava-se que Afonso XIII alimentava projectos anexionistas: «em Madrid, no centro da Península, do alto do seu trono, Afonso XIII, de olhos postos em Portugal, sonha de certo como dantes: «Que país tan hermoso!» Mas agora, quem pudesse ler claro nos seus mais íntimos pensamentos, na ideia fixa, de derrière la tête que o fanatiza e orienta exclusivamente a sua política interna e externa, talvez notasse que a atitude do soberano espanhol a nosso respeito mudou bastante nos últimos três anos»[80].

Em carta a Sardinha, Monsaraz falava dos perigosos ventos que sopravam de Espanha: «o partido conservador, paladino da monarquia integral, una e indivisível, está na agonia. Afonso XIII apoiou-se nos liberais e quer encontrar, no engrandecimento da sua política externa, as garantias dinásticas que uma rápida curva para a esquerda tornava precárias. Foi nestas ideias imperialistas que ele iniciou a campanha marroquina. São ainda as mesmas tendências que o levaram a transigir e a entender-se directamente com os elementos avançados republicanos os socialistas que, acima de tudo, são espanhóis. A monarquia de Filipe II não desagradou a esses defensores da ideia nova! Para nós, por muitas liberdades que nos dessem e por mais longa autonomia de que ficássemos gozando, seria o perder da independência e o amesquinhamento do brio nacional. Como a Hungria ou como a Baviera, não passaríamos dum reinado tutelado, vegetando dia a dia na contínua humilhação duma soberania fictícia»[81].

[78] Idem, "Política exterior/ Um Sonho Imperialista", *Ibidem*, p. 28.
[79] Idem, "Política exterior/ Um Sonho Imperialista", *Ibidem*, p. 28.
[80] Idem, "Política exterior/ Um Sonho Imperialista", *Ibidem*, pp. 28 e 29.
[81] EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta nº 149, Trecho de Carta não identificada, s.d.

NSF.indd 272 14-09-2009 14:48:40

Monsaraz, nesta sua argumentação, abordava ainda o facto de Charles Maurras defender uma união ibérica, sem olhar para as especificidades de cada povo: «Maurras pretende o poder em nome da Espanha tradicional, que não resiste, segundo ele, aí constituição do império confederado da Ibéria»[82].

Esta suspeita imperialista ainda se tornava mais evidente quando se sabia que em Afonso XIII, ao lidar com o problema catalão, tinha uma visão sufocante das liberdades locais, pugnando pelo unitarismo absorvente e contrário à expansão espontânea e livre das regiões espanholas. Afonso XIII estava, portanto, longe de promover um movimento fecundo de aproximação e entendimento de todos os povos de Espanha, tão diversos entre si, tomando, pelo contrário, posição ao lado daqueles sectores da opinião pública de simpatias mais dinásticas do que monárquicas.

No meio dos ministros republicanos, Monsaraz apenas enaltecia o ministro José de Matos Sobral Cid, «(...) uma espécie de coroa de ouro no meio de dentes cariados»[83].

Sobral Cid promoveu reformas da Instrução Pública, no âmbito do Ministério do Interior, por onde então eram tratados os problemas referentes ao Ensino. Os diversos ramos e graus do Ensino foram profundamente reformados. O ministro António José de Almeida foi coadjuvado na matéria referente ao Ensino Superior por Sobral Cid (de 9 de Fevereiro a 22 de Junho de 1914), Egas Moniz e António Ferrão.

Sobral Cid formara-se em Coimbra, em Medicina. Aos 25 anos de idade era professor daquela Universidade, onde regeu várias cadeiras até ser transferido para a nova Faculdade de Medicina de Lisboa, em 1911, passando a ser responsável da Cadeira de Psiquiatria Forense. Trabalhou no Hospital de Rilhafoles com o seu Mestre Júlio de Matos. Após a morte daquele último, Sobral Cid tornou-se catedrático de Psicologia. Foi um homem culto, escritor primoroso pela clareza, precisão e elegância dos seus textos, ficou celebrizado no ensino médico e na clínica das doenças nervosas e mentais.

Alberto de Monsaraz defendia que a boa Instrução, era aquela que fosse fomentada por um regime anti-parlamentar e anti-democrático, em que o pedagogo, liberto do freio da tirania e da esterilidade parlamentar, tinha a auxiliá-lo conselhos técnicos pedagógicos que seriam envolvidos pelo cumprimento da hierarquia que teria no cume o rei hereditário.

Como a República jamais viabilizaria tal pretensão, Alberto de Monsaraz antevia que, a breve trecho, um pedagogo tão ilustre como Sobral Cid seria expulso da Pasta da Instrução pela dependência nefasta das Câmaras Parlamentares: «(...) um exemplo: Sobral Cid autoriza a criação duma escola e, em harmonia com as

(1913).

[82] EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta nº 149, Trecho de Carta não identificada, s.d. (1913).

[83] Alberto de Monsaraz, "Política interna/ Um Ministro Monárquico da República", *Nação Portuguesa*, Ano I, n.º2, 8 de Maio de 1914, p. 55.

NSF.indd 273 14-09-2009 14:48:40

leis de ensino, permite ao director recrutar o corpo docente como entender. Entre os vários professores acha-se por acaso um padre, um padre qualquer ou até um simples propagandista católico.- Oh da guarda! Querem clericalizar as gerações novas, dizer-lhes que acima da República está Deus e nada prevalece neste mundo contra a soberania da sua vontade, nem mesmo a vontade soberana do Povo. E eis o ministro em oposição irredutível com o Congresso. (...) E por isso, a breve trecho veremos o Doutor Sobral Cid sacrificado pelo gabinete, expulso com indignação, só porque a maioria radicaleira do parlamento o considera muito reaccionário e insuficientemente republicano, quando nós, os bons reaccionários, lamentamos apenas que ele seja ainda demasiado radical»[84].

2. O processo histórico da participação portuguesa na I Guerra Mundial

➢ A intervenção portuguesa na I Guerra Mundial

A partir de Fevereiro de 1914, o ambiente político começava a toldar-se com as nuvens da tensão internacional. Os dois mandatos sucessivos de Bernardino Machado viriam a ser marcados pela eclosão da Grande Guerra[85], com a ameaça das forças alemãs sobre as possessões coloniais portuguesas.

O jornal *O Dia*, a 1 de Maio de 1914, reproduzia um telegrama de Viena, que informava da iminente conclusão das negociações secretas anglo-germânicas acerca da partilha das colónias lusas: «segundo o que se pode saber o acordo anglo-alemão visa estes pontos: no caso de que o governo português não esteja a altura de manter a ordem nas colónias e de conservar a posse (...) a Inglaterra e a Alemanha repartirão as colónias: a da África oriental, isto é, Lourenço Marques, tocará à Inglaterra, ao passo que Angola caberá à Alemanha. Os dois Estados darão uma conveniente indemnização a Portugal. No entanto, por agora, fica estabelecido que a Alemanha reconhece à África oriental portuguesa como exclusiva esfera de influência inglesa para os interesses comerciais, e por sua vez a Inglaterra reconhece à Alemanha a exclusiva expansão comercial na África portuguesa ocidental. Nestes círculos políticos dá-se grande importância a este acordo, de eminente publicação e vêem-se também as consequências disso na melhoria das relações entre os países»[86].

Em Julho de 1914 ocorriam as primeiras escaramuças entre tropas portuguesas e alemãs no porto de Maziva, ao norte de Moçambique. Principiava o envolvimento português na Grande Guerra, na sua frente africana, mas o

[84] Idem, "Política interna/ Um Ministro Monárquico da República", *Nação Portuguesa*, Ano I, n.º2, 8 de Maio de 1914, p. 56.

[85] Esta guerra seria imprevista quanto à sua duração e às suas características: mais de 65 milhões de homens seriam mobilizados, as populações civis directamente envolvidas nas privações, que foram particularmente severas na Alemanha e na Áustria-Hungria e num imenso esforço de trabalho que lhes foi exigido. Seria, ainda, pela primeira vez, uma verdadeira guerra das nações; e, como guerra das nações, tornara-se gradualmente em guerra total.

[86] *O Dia*, 15º ano, 4.ª série, número 631, 1 de Maio de 1914, p. 1.

NSF.indd 274 14-09-2009 14:48:40

Governo foi surpreendido pelos acontecimentos, sem ter uma política claramente definida sobre o assunto.

A 5 de Agosto de 1914, as grandes potências europeias já estavam envolvidas na Guerra. Teixeira Gomes, embaixador em Londres, recebia do Governo britânico a 3 de Agosto, um pedido no sentido do Governo português se abster de qualquer declaração de neutralidade, ao que ele respondeu com a fidelidade de Portugal para com a sua secular aliança. Dois dias depois, foi o dirigente do Executivo, Bernardino Machado, quem ratificou no Conselho de Ministros a pretensão inglesa, expondo no Congresso a política portuguesa face ao conflito, satisfazendo mais uma vez o pedido inglês. Portugal declarava estar em paz com todas as Potências, mas não faltaria aos deveres que lhe impunha a aliança com a Inglaterra.

Em 13 de Agosto de 1914, o ministro inglês em Lisboa pedia ao Governo português licença para que, se necessário, as suas tropas pudessem utilizar os territórios portugueses em África. O Governo português acedeu ao pedido. Alberto de Monsaraz regozijava-se: «a nossa Aliada, segundo consta, chamou por nós. E o governo da República, identificado, pela vez primeira, com o sentimento nacional ou seja com a opinião monárquica do país, vai assegurar ao exército de Sua Majestade Britânica todo o valoroso apoio dos soldados portugueses. Já foram dadas ordens secretas de mobilização a 3 ou 4 divisões militares e estas ordens vão-se cumprindo dia a dia, como tem sido oficialmente confirmado pelos desmentidos oficiais. Nem tínhamos outra coisa a fazer. A neutralidade, nas presentes circunstâncias da nossa política externa, seria um verdadeiro suicídio- um suicídio? Que digo:- o assassinato dum povo inteiro por aqueles carrascos sinistros que, num imprevisto assalto de felinos esfomeados, se arrogaram o direito de dominá-lo a chicote. (...) Felizmente houve, ao que parece, um relâmpago de bom senso no meio da tempestade caótica dos ódios e dos rancores que o jacobinismo faz desabar, vai para 4 anos, sobre esta amargurada terra, Pátria de santos e heróis. E assim respondemos ao chamamento dos clarins britânicos, se é que, a nossa Aliada segundo consta, chamou por nós! Ainda bem!»[87].

Em fins de Setembro, o Governo português tornava público que o Governo francês lhe solicitara peças de artilharia e que este respondeu estar pronto a auxiliar os Aliados, colocando as suas baterias, mas com artilheiros portugueses. Portugal entrava no plano inclinado da intervenção. Um plano inclinado que se viria a revelar difícil de percorrer.

A questão da intervenção do nosso país no conflito veio agitar as Forças Armadas e os debates entre os diversos grupos de opinião política, já de si divididos por múltiplos antagonismos.

Um forte sector, identificado em grande parte com o Partido Democrático, foi o que com menos ambiguidades e mais entusiasmo acreditava que Portugal

[87] Alberto de Monsaraz, "Viva a Inglaterra!", *Pátria Nova*, Ano IV, Número 71, 13 de Agosto de 1914, p. 1.

NSF.indd 275 14-09-2009 14:48:40

tinha de forçar a participação na guerra, mesmo que tal implicasse vencer as reservas e as reticências da Inglaterra. Portugal teria de entrar na guerra, forçando a Inglaterra a fazer o pedido em nome da aliança, não por especial fidelidade ao secular aliado, mas como forma de combater o afastamento dos últimos anos e as suas consequências na África Austral e na Península Ibérica. A beligerância portuguesa surgia como a forma de garantir simultaneamente a independência e o império, vencendo as reticências inglesas. Os intérpretes desta posição foram Afonso Costa, João Chagas, Augusto Soares, o Primeiro-Ministro Bernardino Machado e Norton de Matos.

Mas, mesmo no seio do Governo, nem todos interpretavam da mesma maneira tal atitude. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Freire de Andrade, defendia a manutenção da neutralidade, sendo apoiado por diplomatas como o embaixador em Berlim, Sidónio Pais. Brito Camacho também se opunha a qualquer tipo de intervenção na guerra.

A conflagração europeia semeou a confusão nas diversas correntes do pensamento operário-socialistas, anarquistas e sindicalistas, pondo em evidência a incapacidade das organizações internacionais para impedir a hecatombe. Sentimentos em princípio alheios ao proletariado militante, patriotismo e nacionalismo, sobrepuseram-se à retórica das declarações de princípios. As clivagens tomaram corpo, condenando uns liminarmente a guerra, apoiando outros os respectivos governos ou um dos blocos beligerantes.

Um outro sector republicano e grande parte dos monárquicos, onde se insere Alberto de Monsaraz, considerava que ao País não interessava forçar a participação no conflito, embora se devesse manter fiel à aliança inglesa e respeitar os pedidos feitos em seu nome. Alberto de Monsaraz acusava os «(...) nossos jacobinos não querendo reconhecer as vantagens evidentes da aliança inglesa, obra da Monarquia e que a Monarquia, através de tudo, até mesmo das manifestações republicanas de 90, procurou sempre manter, justificam agora o seu entusiasmo pela grande nação amiga duma forma ridícula, bizarríssima, incalculável...»[88].

Assim, pelo lado integralista, Alberto de Monsaraz, embora consciente do estigma infligido pela falsidade republicana não perdeu, em várias ocasiões, de rebater as opiniões redutoras e mal intencionadas de muitos republicanos: «Portugal, se hoje acompanha a pátria de Cromwell- afirmava-me há dias um republicano, falando da guerra- é porque a actual conflagração europeia representa o embate definitivo entre a Democracia, última concepção política do génio latino e o Imperialismo, retrógrado e absurda criação do espírito germânico. (...) Vocês, os monárquicos, defendem logicamente a Alemanha, pois que o seu triunfo seria o triunfo do militarismo, do supremo poder sobranceiro, da vontade única dum homem, substituída à vontade de todos os cidadãos»[89].

Alberto de Monsaraz, na sua argumentação, desmitificou a leitura dos

[88] Idem, "Viva a Inglaterra !", *Pátria Nova*, Ano IV, Número 71, 13 de Agosto de 1914, p.1.
[89] Idem, "Viva a Inglaterra !", *Ob. Cit.*, p.1.

NSF.indd 276 14-09-2009 14:48:41

acontecimentos de muitos republicanos e da historiografia oficial republicana. Assim, em carta a António Sardinha, referia: «a guerra europeia acabou de desorientar os espíritos neste país; os repúblicos acusam-nos de ser partidários do cesarismo prussiano e procuram identificar o regimen com a aliança inglesa. Escrevi um artigo na Pátria Nova, que foi apreendido. Recebeste?»[90].

Posteriormente, num artigo de 11 de Maio de 1916, rebatia mais outra vez as pretensas calúnias republicanas, reafirmando como os integralistas eram contrários a uma possível vitória alemã na Guerra, por serem nacionalistas e, por isso, completamente opostos ao pan-germanismo, por serem anti-prepotentes na administração do Estado, por serem católicos e por desconfiarem que a Alemanha, face à futura conferência de paz, discutiria o novo mapa político europeu e não faria nada em prol da restauração monárquica: «(...) não quiseram nunca os integralistas, os maiores reaccionários deste País, que triunfasse o império germânico, se ele é o vivo exemplo do que podem as doutrinas anti-revolucionárias aplicadas com método e precisão; se na Alemanha, à força de disciplina e de autoridade, dessa autoridade e dessa disciplina que são a base do próprio Integralismo, conseguiu-se transformar todo um povo, individualmente inferior e colectivamente anarquizado no mais formidável estado do mundo?!

Porquê? Porque nós, reaccionários ferrenhos, somos também ferrenhos e convictos nacionalistas e a vitória da Alemanha seria a vitória do pan-germanismo mundial (*Deutchland uber alles*) sobre todos e sobre tudo. Porquê? Porque nós outros portugueses, que queremos reatar a verdadeira tradição nacional, não nos vimos livres do influxo italiano da Renascença e não procuramos desprender-nos agora da influência francesa da Revolução, para cairmos sob as garras da prepotência germânica, cuja força organizadora será admirável, mas é deles e não é nossa, vindo apenas a pertencer-nos se acaso rasgássemos em mil pedaços a História da independência pátria e do orgulho nacional.

De resto, porque somos fiéis da Santa Igreja de Roma, nunca pactuaríamos com Guilherme II, o chefe da heresia protestante, o aliado dos maiores inimigos da fé cristã, que arrasta na voragem contra a Polónia católica, a Bélgica católica, a França católica, e a Itália católica, esse pseudo-católico imperador da Áustria, decrépito e amaldiçoado que ao unir-se com o velho inimigo hereditário- o turco- esqueceu todo o glorioso passado da sua terra e do seu povo.

Não queremos, finalmente o definitivo sucesso dos exércitos alemães, a supremacia última do governo germânico na conferência da paz, sabe você porquê? Porque estamos fartos de república, fartíssimos! ... Então? ... Sim, o triunfo dos impérios centrais seria a manutenção da república em França, a correlativa estabilização da nossa demagogia, talvez a imposta mudança de regimen em Inglaterra e na Itália»[91].

[90] EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta nº 149, Carta nº 62, Lisboa, 17 de Agosto de 1914.

[91] Alberto de Monsaraz, "Cartas a um Liberal/ Equívocos Nacionais", *A Ideia Nacional*, Ano 2º, N.º24, 11 de Maio de 1916, p. 4.

NSF.indd 277 14-09-2009 14:48:41

As nossas colónias africanas iam suscitando as cobiças imperialistas alemãs; ainda em Agosto de 1914 multiplicaram-se os confrontos em Angola e Moçambique, acompanhados de outros nos meses seguintes, o que exigiu o envio de expedições militares, as quais, mal treinadas e deficientemente equipadas, sofreriam alguns desastres operacionais.

Mas, apesar destes ventos que sopravam da Alemanha, e que pareciam ser contrários a Portugal, Alberto de Monsaraz encontrava-se inquieto acerca do desfecho da guerra, mas também esperançoso numa possível restauração: «(...) o futuro virá dar-nos razão. Quando vença a Triple-Entente, o que, mercê de Deus, há-de certamente acontecer; quando o Imperador das Índias, já liberto dos radicaleiros políticos pelo apoio dos seus gloriosos exércitos, repartir a velha Europa com os Imperadores da França e da Rússia- nesse dia, hão-de reconhecer todos, embora lhes pese, que nós outros, os bons reaccionários desta terra, dando vivas à Triple-Entente, seguíamos na lógica dos nossos ideais e, sendo coerentes, éramos ao mesmo tempo sensatos e justos»[92].

Posteriormente, em carta a Sardinha, Monsaraz repetia os mesmos sentimentos e impressões: «(...) qual será a situação da Pátria na conferência da paz, quando a vontade dogmática das armas vencedoras transfigurar a face da Europa. Teremos ao menos a garantia dinástica, compensando a nossa fraqueza de povo, enobrecido no infortúnio? Creio bem que sim. O patriotismo português dorme de há muito para recordar, logo que acorde, com mais entusiasmo e mais vigor»[93].

Enquanto os Aliados começavam a fazer pedidos de apoio ao Governo português, este deixava dependente de uma solicitação formal da Inglaterra o seu envolvimento ou não no conflito, o que a Inglaterra fez, em Outubro de 1914, através de um memorando onde Portugal foi convidado a sair da sua atitude de neutralidade.

A 23 de Novembro de 1914, o Congresso autorizou Portugal a intervir ao lado dos Aliados, sem no entanto tomar a iniciativa de declarar formalmente guerra à Alemanha. Com efeito, tanto a Inglaterra, no sentido de proceder aos seus jogos estratégicos, sobretudo em relação à África, como Portugal, para se poder preparar, procuraram ganhar tempo. Mas, as hostilidades não paravam nas colónias e os alemães multiplicavam os protestos junto de Lisboa pela colaboração que estava a ser prestada aos ingleses.

A situação política do país também não era propícia a políticas claras e coerentes. Na verdade, a instabilidade governativa era grande, hesitando o governo sobre o momento mais oportuno para entrar no conflito, o que provocou o descontentamento de muitos democráticos e evolucionistas partidários de uma intervenção imediata, e continuava a manter relações diplomáticas com a Alemanha, apesar dos seus ataques a Angola.

[92] Idem, "Viva a Inglaterra!", *Pátria Nova*, Ano IV, Número 71, 13 de Agosto de 1914, p.1.

[93] EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta nº 149, Carta nº63, Figueira da Foz-Quinta das Olaias, 31 de Agosto de 1914.

NSF.indd 278 14-09-2009 14:48:41

Sem apoios consideráveis, o Governo de Bernardino Machado demitiu-se e foi substituído, em Dezembro de 1914, por um Governo totalmente democrático, sob a presidência de Azevedo Coutinho. O novo Gabinete não sobreviveu dois meses. Por outro lado, a agitação não cessava, de que foi exemplo, no seio do Exército, o Movimento das Espadas, despoletado a 25 de Janeiro de 1915.

Manuel de Arriaga, preocupado com a iminência de um conflito violento, pressionou a demissão do Governo, que estava longe de ser da sua simpatia. Para acalmar o Exército chamou ao poder o general Pimenta de Castro.

Pimenta de Castro, que se havia distinguido pela sua complacência para com a primeira insurreição monárquica, adoptou uma política de contemporização com a Igreja e os partidários da realeza. O seu Gabinete, composto quase exclusivamente por militares e apoiado pelas forças que se opunham à hegemonia do Partido Democrático, concedeu uma amnistia tão ampla que permitiu o regresso dos principais chefes monárquicos e foi interpretado por muitos republicanos como um incentivo à contra-revolução. Simultaneamente, iniciava discriminações contra os Democráticos e abdicava de qualquer preparativo para a eventualidade de uma intervenção na guerra. Apesar de ter como um dos seus objectivos a preparação do próximo acto eleitoral, o Governo de Pimenta de Castro não permitiu a reabertura do Parlamento para a sua última sessão, em 4 de Março de 1915, entrando assim formalmente na ditadura.

Muito posteriormente, Monsaraz em gesto de homenagem póstuma, no Revolução nº356 de 15 de Maio de 1933, iria enaltecer o Presidente Arriaga e o Chefe do Governo Pimenta de Castro como os percursores da ideia de Ditadura (entendida como acção governativa em prol do bem público e da salvação nacional) em Portugal: «foram estes dois portugueses admiráveis que em 1915, durante quatro meses incompletos, esboçaram a primeira tentativa de reacção contra um sistema de rapina governativa que havia sete décadas espoliava o Estado e exauria a Nação, tendo envenenado, assassinado e destronado Reis, subornado ministros, enredado, na sua teia de múltiplas gerações»[94]. Posteriormente, em 1945, no opúsculo Altura Solar, Monsaraz repetia na sua convicção de que «Pimenta de Castro vem iniciar, com um governo relâmpago, a primeira reacção da consciência nacional»[95].

➢ As conferências integralistas intituladas genericamente de "A Questão Ibérica"

Ainda sob o consulado de Pimenta de Castro, o Integralismo Lusitano conhecia um momento de projecção pública com a realização das Conferências na Liga Naval, iniciadas a 7 de Abril.

Estas conferências foram marcadas pelo seu anti-republicanismo e procuraram prevenir e alertar a eventualidade da Inglaterra vir a permitir à

[94] Alberto de Monsaraz, "Arriaga Ditador", *Revolução/ Diário Nacional-Sindicalista da Tarde*, Ano II, N.º 350, 15 de Maio de 1933, p. 1.

[95] Idem, *Altura Solar/ Marcando posição*, Lisboa, Cadernos do Sextante Pro Domo, 1945, p. 16.

NSF.indd 279 14-09-2009 14:48:41

Espanha liberdade de acção para anexar Portugal, ou seja, as teses integralistas, neste período, não deixaram de ser pressionadas pela inevitabilidade da I Guerra Mundial e da aliança anglo-portuguesa: «nunca abdicou, porém, o Integralismo Lusitano, nem, mesmo durante a guerra, saberá abdicar, da sua livre actividade de propaganda interna...»[96]. Por outro lado, respondiam à pressão de alguns intelectuais espanhóis como Juan del Nido y Segalerva (conhecido deputado e publicista) que publicara um livro intitulado *La Union Ibérica*.

A federação ibérica era vista pelos integralistas como uma obra de desnacionalização protagonizada pela Maçonaria, a partir de Gomes Freire, e que se prolongava pelo século XX. O casticismo era retomado no ataque aos estrangeiros e aos desnacionalizadores liberais.

Também se reorganizava o Centro Monárquico Académico de Coimbra, desactivado em Fevereiro de 1911, passando a reabrir como se tratasse de um viveiro para a acção do Integralismo Lusitano. Eram três os integralistas que encabeçavam os corpos gerentes do Centro: João do Amaral, presidente da Assembleia-Geral; Luís de Almeida Braga, presidente da Direcção Política; Alberto de Monsaraz, presidente do Conselho Fiscal. No domingo de 9 de Maio, pelas catorze horas, realizava-se em Coimbra a sessão solene de reabertura do Centro Monárquico Académico[97].

Os acontecimentos iriam precipitar-se. A maioria dos parlamentares chefiados por Afonso Costa consideraram fora da lei o Presidente da República e o Governo e juridicamente nulos os seus actos.

O Partido Democrático organizou rapidamente o derrube da ditadura, apoiado pelos seus prolongamentos militares, até que uma revolta da parte do Exército, da Marinha e de civis da Maçonaria e da Formiga Branca levou a melhor. Assim se processou o movimento de 14 de Maio, que derrubou a ditadura de Pimenta de Castro, acabando abruptamente as conferências integralistas na Liga Naval.

João Chagas, Primeiro-Ministro indigitado, sofria um atentado, e sucederam-se vários governos, mas, em Junho de 1915, o Partido Democrático obteve mais uma vez a maioria nas eleições.

Enquanto em Angola se desenrolavam combates com as populações

[96] Idem, "Caminho Andado", *Nação Portuguesa*, Ano I, Nº 12, Novembro de 1916, p. 358.

[97] "Factos & Críticas", *A Ideia Nacional*, Ano 1.º, Nº 14, s.l. (Aveiro), 1 de Maio de 1915. Vivia-se um clima de exaltação propício a violências. A sessão solene de reabertura do Centro Académico Monárquico de Coimbra, realizada no Teatro de Sousa Bastos, foi seguida por tumultos na cidade anfitriã e por agressões a monárquicos, como ao conde de Bertiandos e a António Sardinha. Alberto de Monsaraz, João do Amaral e Luís de Almeida Braga, enquanto vogais dos corpos gerentes da associação estudantil, assinaram um documento, em que repudiavam veementemente as agressões de que Sardinha fora alvo. *«Sentimos vivamente os apupos e agressões com que a vil canalha republicana procurou atingi-lo e assim amesquinhar e diminuir a grandiosa manifestação de vitalidade monárquica que a nossa festa representou»*. EAS, Correspondência de João do Amaral, Pasta nº90, Documento nº 2, s.l. (Coimbra), s.d. (Maio de 1915). Ver, ainda, no EAM "Ao País/Manifesto Académico" dos estudantes filiados no Centro Monárquico e dos estudantes filiados no Centro Académico de Democracia Cristã, alunos da Universidade de Coimbra.

NSF.indd 280 14-09-2009 14:48:41

indígenas, apoiadas pelos alemães, em Portugal mantinha-se a agitação política e militar. Em 6 de Agosto de 1915, Bernardino Machado era eleito Presidente da República e, em Novembro, Afonso Costa formou um novo Governo que durou quatro meses.

A 27 de Agosto de 1915, ocorria um movimento revolucionário, inspirado por monárquicos em Braga, Guimarães e Santo Tirso.

Em Novembro, Afonso Costa regressava à chefia do Governo.

Em carta de 28 de Novembro, Monsaraz informava D. Manuel acerca das actividades e futuros projectos dos jovens integralistas em prol da restauração monárquica: «em torno do ideal político da Nação Portuguesa a nossa campanha de Imprensa continua progredindo e o número dos que connosco vão serrando fileiras para o combate aumenta dia a dia. A sociedade portuguesa, já há muito abalada e enfraquecida à queda do Constitucionalismo, encontra-se hoje, depois de cinco anos de governo desta gente, em completa desorganização. Ninguém sabe o que quer, nem sabe do que se queixa. É monárquica sem dúvida a grande maioria do país, mas no fundo desse sentimento (trata-se apenas dum sentimento) o que encontramos nós?- A saudade do tempo em que a vida era mais fácil, mais brilhante, sobretudo menos incerta e perigosa; a saudade e nada mais»[98].

Monsaraz delineava a estratégia a adoptar em face das duas frentes do combate político, externo e interno: «(...) contra os inimigos externos, que nos espreitam e cobiçam, defende-nos a Augusta Pessoa de Vossa Majestade e o que porventura se resolva, em detrimento da independência pátria, nos tapis verts das conferências diplomáticas, lá está a dedicação, a amizade e o prestígio de que El-Rei goza nas Cortes estrangeiras para que nada dessas resoluções gananciosas dos governos consiga prevalecer.

Contra os inimigos internos, certamente os mais perigosos e daninhos (pois originam males que não têm cura) contra esses, nós cá estamos, meu Senhor. Vamos porfiar na luta com muita energia, muita segurança, método e disciplina e, o que é mais, o que é tudo, com a certeza infalível de vencer. Logo que seja possível, aparecerá em Lisboa o primeiro diário integralista, núcleo desse intenso movimento de opinião pública que as nossas doutrinas vão despertando. Possuiremos, além disso, uma livraria própria, que nos torne independentes de livreiros medrosos e editores jacobinos, onde será publicada a Nação Portuguesa, como quaisquer outros livros, panfletos e manifestos que a nossa propaganda venha a exigir. Pelas fábricas, pelas escolas, pelos quartéis, serão distribuídas pequenas cartilhas em que os vários pontos da doutrina integralista se encontrem claramente resumidos e compendiados, no que diz respeito aos operários, aos estudantes, e aos militares. Mais tarde, à medida que as circunstâncias o permitam, iniciaremos conferências, primeiro particulares, depois públicas, sempre especializadas para cada um desses centros da actividade social.

[98] EAM, Carta de Alberto de Monsaraz a D. Manuel II, Lisboa, 28 de Novembro de 1915. Ainda, nesta carta Monsaraz agradecia o facto de D. Manuel II lhe ter confirmado o título de conde de Monsaraz, que herdara de seu pai. Esta informação fora-lhe dada pelo conde de Sabugosa.

NSF.indd 281 14-09-2009 14:48:41

Como garantia de execução de tais planos, será organizada em todo o País uma forte associação secreta anti-maçónica, no género da velha Ordem S. Miguel de Ala, com os seus grupos defensores do Integralismo, verdadeiros camelots e hierarquizados que se oponham na rua à demagogia da rua, fornecendo a nossa propaganda intelectual o apoio da força física.

E, pode crê-lo, meu Senhor, para a inteira realização destes ideais gastaremos o melhor da nossa existência em esforço e dedicação»[99].

No fundo, esta carta era uma apresentação bem sistematizada da doutrina e da acção do Integralismo Lusitano, requerendo os jovens integralistas do Rei «(...) o apoio moral, a benevolência, da sua alta magistratura e sobretudo a certeza profundamente arreigada no seu espírito, a íntima convicção, de que os soldados do Integralismo Lusitano são os maiores defensores de El-Rei, do augusto prestígio da Sua função governativa, os seus melhores amigos e mais seguros partidários»[100].

Em Fevereiro de 1916, D. Manuel II respondia à carta de Monsaraz de forma atenciosa e calorosa: «só hoje me é possível, em vista da grave impossibilidade de fazer chegar cartas com segurança a Portugal, responder à sua carta que li com profunda atenção e direi mais, com todo o prazer. É uma carta de amigo dedicado e inteligente!- Agradeço-lhe reconhecidamente tudo o que a meu respeito escreve: Sou apenas um Português, Rei, que ama o seu País que por ele tudo sofreu e sacrificou e cujo o único pensamento é salvá-lo da ruína eminente!»[101].

D. Manuel II ao abordar a acção e a doutrina integralistas expostas na carta de Monsaraz, tecia as seguintes considerações: «a situação de Portugal, não haja dúvida a esse respeito, é angustiosa: necessário se torna pois que aqueles que amam verdadeiramente a sua Pátria se ocupem dessa situação. Muito há a fazer, para não dizer tudo. Porque não vem aqui, falar comigo? É tão mais fácil só uma conversa, estudar as questões e os problemas que temos diante de nós! Fale com os seus amigos, com a gente nova com a qual tanto conto, pois também sou novo e traga-me as suas ideias. Bem sabe que será recebido de braços abertos. Julgo que a sua vinda seria útil e conveniente para o nosso Portugal e que certo se poderia fazer para encaminhar homens e causas!»[102].

O ano de 1915 foi marcado, em termos internacionais, por grandes vitórias por parte dos alemães, e Alberto de Monsaraz, como era um aliadófilo, começava a encarar o futuro da Europa e particularmente de Portugal, com muita apreensão,

[99] EAM, Carta de Alberto de Monsaraz a D. Manuel II, Lisboa, 28 de Novembro de 1915.

[100] EAM, Carta de Alberto de Monsaraz a D. Manuel II, Lisboa, 28 de Novembro de 1915.

[101] EAM, Carta confidencial de D. Manuel II a Alberto de Monsaraz, Fulwell Park, Twickenham, Middlesesc, Fevereiro de 1916. Numa outra carta, D. Manuel II recomendava ao seu lugar-tenente João Azevedo Coutinho, que contactasse Alberto de Monsaraz de forma a se entabular conversações políticas. *«Encarrego-o de procurar o Conde de Monsaraz, em cujo patriotismo e dedicação confio, para lhe expor a situação e obter o seu auxílio para a redenção da nossa querida Pátria»*. EAM, Carta de D. Manuel II a João Azevedo Coutinho, Aberorn, Richmond Surrey, s.d.

[102] EAM, Carta confidencial de D. Manuel II a Alberto de Monsaraz, Fulwell Park, Twickenham, Middlesesc, Fevereiro de 1916.

NSF.indd 282 14-09-2009 14:48:41

indo ao ponto de temer o tradicional imperialismo castelhano, que estava a ter um amplo espaço de manobra por se manter neutral na guerra e poder, assim, negociar as suas pretensões com qualquer vencedor. Este temor era quase sempre agitado e divulgado em momentos cruciais e graves para a nação portuguesa, como era a entrada na guerra europeia: «(...) reconheço que ele (Real Majestade D. Manuel II) representa, ainda hoje o interesse nacional, que em todo o caso nunca poderia ser simbolizado pelo pretendente legitimista. Ora vejamos: somos vizinhos da Espanha, a única nação que, provavelmente, não entrará na contenda guerreira da Europa e, por isso, vai pesar vença quem vencer, com o peso das suas 800. 000 baionetas na conferência de paz e nas suas decisões irrevogáveis. Ora a Espanha, caso não possa confederar-nos, o que certamente não convém a qualquer vencedor, limitará as suas exigências, a uma mudança de instituições. Que Rei escolherá Afonso XIII? D. Miguel II. Mas esse é legitimista, (...) Afonso XIII não vai livrar-se dum mau vizinho da extrema esquerda para o substituir por um péssimo vizinho (porque seria muito mais forte) da extrema direita. Pediria um Príncipe estrangeiro? Mas esse fundador de Dinastia que garantias poderia oferecer no futuro à política espanhola, marítima e internacional? Quem lhe convém é D. Manuel II e por isso o distinguira ainda o ano passado, compadriando-se com ele. Isto repito, vença quem vencer, se for a Alemanha e sair absolutamente vitoriosa da peleja, talvez não atenda a Espanha neste ponto, e coloque enfim um soberano da sua Raça. Seria talvez a melhor solução, para conservar-nos o nosso domínio colonial. (...) o D. Miguel, esse, nunca tanto mais que a sua imprensa não é germanófila»[103].

O ano de 1916 começou com greves e tumultos populares contra a carestia de vida, Monsaraz, em carta endereçada a Silva Ramos, um dos melhores amigos do seu falecido pai, não hesitou em lhe pedir «conselhos numa crise de hesitações e de incertezas». Monsaraz abordava o facto de em breve ter de deixar Portugal, em virtude da sua acção política não ser tolerada pela República, e que, por isso, lhe impedia de construir uma carreira profissional, acrescendo o facto de ter ocorrido uma «verdadeira derrocada» familiar. De facto, ocorrera a morte de seu pai, e o próprio Monsaraz vendeu grande parte do património fundiário familiar em Reguengos de Monsaraz, incluindo o ancestral monte das Vidigueiras, por temer que a República expropriasse os latifundiários monárquicos. «A vida política em Portugal torna-se cada vez mais difícil para os partidários do regimen deposto, sobretudo para aqueles que, desprezando o sossego duma cómoda inacção, têm procurado honrar o seu nome e o seu passado, lutando dia a dia contra a ferocidade destes vários minúsculos Robespierres que tiranizam o nosso pobre país. Além disso, pelo que me diz respeito, imprevistas circunstâncias, que vão produzir uma verdadeira derrocada na minha família, obrigam-me a exilar de novo dentro dalguns meses, não sei ainda para onde, nem por quanto tempo,

[103] EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta nº 149, Carta nº 68, Coimbra- Arcos do Jardim- 35, 29 de Outubro de 1915.

NSF.indd 283 14-09-2009 14:48:41

mas seguramente para longe e por muitos anos. Sou novo, com vinte e seis anos de idade, sinto-me cheio de força física e de vigor intelectual e de repente vejo a minha carreira cortada no meu país, donde a ruindade dos homens e a inclemência anónima do destino me obrigam a fugir, com o coração impregnado de saudades e o espírito aterrado de apreensões. Dirijo-me à sua velha amizade, à sua experiência de pessoa...»[104].

Como destinos prováveis para o seu novo exílio, Monsaraz escolhia a América Latina (Rio de Janeiro) ou França (Paris) e, por isso, pedia os inevitáveis conselhos. No entanto, Monsaraz salientava que falava bem o francês, razoavelmente o alemão e que escrevia com bastante facilidade, o que lhe dava relativa facilidade de inserção em qualquer secção jornalística ligada à literatura e à crítica. Relativamente à fortuna material, considerava que a herança que seu pai lhe deixara lhe permitiria viver desafogadamente: «nestas condições, pergunto eu agora a V. Ex.ª deverei ir até ao Rio de Janeiro ou qualquer outro ponto da América do Sul, procurar nos triunfos duma nova carreira, literária, agrícola ou comercial, a compensação das horas tristíssimas que estou passando? Ou em França, acabada a guerra, poderei eu mais facilmente, encontrar qualquer colocação, seja qual for, à falta de tanta gente moça caída pelas trincheiras? O que me custa é ir, durante anos, vegetar de hotel em hotel e de pensão em pensão, inactivo e ocioso, à mercê de todas as tentações que na vida dos inactivos e dos ociosos nunca deixam de aparecer»[105].

Referia, ainda, que contava deixar Portugal durante os próximos meses, no máximo até Maio, resolvendo ir directamente para Paris, cidade onde passara largas temporadas com o seu pai, e onde ficaria à espera das indicações de Silva Ramos. Em caso de a Guerra Mundial persistir, Monsaraz pedia a Silva Ramos, para que este lhe facultasse o modo de poder escrever como correspondente na modalidade bi-semanal ou tri-semanal, para algum dos grandes jornais do Rio de Janeiro ou de São Paulo, de forma a elaborar um «livro de impressões» que deixasse o seu nome ligado ao «cataclismo social reformador» que era a guerra.

A satisfação do pedido britânico de que o Governo português apreendeu os navios alemães fundeados no Tejo, ilhas e ultramar, cada vez mais necessários para o reforço da sua frota mercante, atingida por duras perdas, levou a Alemanha a declarar guerra a Portugal em 9 de Março.

Em Portugal continuavam a verificar-se as mais extremadas posições face à guerra: os aliadófilos temiam o perigo de um entendimento anglo-espanhol contra Portugal, viam a possibilidade da Espanha ser beligerante e apoiar a França e a Inglaterra e desta nos dominar[40]. Os germanófilos viam na vitória dos Impérios Centrais a possibilidade de Portugal se libertar dos constrangimentos da aliança inglesa, a recuperação de um regime de autoridade e, em importantes sectores monárquicos (como Alfredo Pimenta e Luís Cabral de Moncada), a possibilidade

[104] EAM, Carta confidencial de Alberto de Monsaraz a Silva Ramos, Lisboa, 18 de Janeiro de 1916.
[105] EAM, Carta confidencial de Alberto de Monsaraz a Silva Ramos, Lisboa, 18 de Janeiro de 1916.

NSF.indd 284 14-09-2009 14:48:41

de uma restauração monárquica em Portugal, com a derrota da Triple Entente.

Desde o eclodir da conflagração os integralistas haviam exprimido preocupações de sentido aliadófilo, reforçadas até por um telegrama de D. Manuel II, expedido a 15 de Março de 1916, para que todos os monárquicos cooperassem com o Governo português acerca da questão da beligerância nacional. Assim o confirma o manifesto em que a «Junta Central do Integralismo Lusitano julga necessário, nesta hora de perigo colectivo, definir a sua atitude política, justificando-a perante a opinião pública monárquica, isto é, perante o País. É um momento gravíssimo o que estamos vivendo, dos mais graves porventura que oito séculos de História Pátria têm presenciado. Nenhum português pode alegar o direito de calar as suas ideias, num comodismo anti-patriótico e degradante. (...) Assim pensa também o Senhor Dom Manuel II encarnação viva da Pátria, supremo árbitro dos interesses nacionais, pedindo-nos o sacrifício, nas aflitivas circunstâncias presentes, de estarmos ao lado do governo da república e de lhe prestarmos todo o nosso apoio, patriótico e desinteressado. É na verdade um sacrifício enorme o de se oferecerem serviços de qualquer natureza a individualidades políticas que tanto e por tantas formas nos têm ofendido»[106].

Em Março, Alberto de Monsaraz enviava a D. Manuel II alguns exemplares do manifesto, onde os integralistas mostravam publicamente o seu acatamento perante as instruções régias, no momento de guerra que então se vivia. No entanto, Monsaraz salientava que tal posição não encontrara na maioria da opinião monárquica uma grande receptividade: «ainda estão demasiado vivas as chagas morais que nestes últimos anos a demagogia republicana tem vindo a abrir continuamente nas várias camadas realistas para que essa gente que não raciocina e vive apenas pelo sentimento possa, dum momento para o outro, resignar-se a não hostilizar o Regimen e a servir com fidelidade os seus dirigentes. As altas razões diplomáticas, que nós outros pressentimos, embora de facto não tenhamos conhecimento delas, e que motivaram a atitude independente, franca e declarada de El-Rei, são difíceis de assimilar, na sua longínqua imprecisão, por todo este povo monárquico amargurado de sofrimento, martirizado pelas mais torpes e sectárias flagelações. Seria possível, dentro do forçoso sigilo dos entendimentos diplomáticos, obter de El-Rei mais precisas, e sobretudo mais fundamentadas instruções? Não é para nós, meu Senhor, que admiramos hoje em Vossa Majestade a longa e ininterrupta cadeia de reis de Portugal que durante séculos de história fizeram a grandeza desta Terra e deste Povo. É para mais facilmente convencermos a massa anónima, a vasta e vaga opinião pública realista

[106] *«(...) É certo que a Espanha sonha de longa data com umas águias imperiais, mas a Grã-Bretenha, ciosa dos próprios interesses, não quer nem pode consentir. Realizada a confederação ibérica, seria para a Inglaterra a perda definitiva da sua hegemonia no Atlântico e do seu domínio no Mediterrâneo. Os Estados Unidos exigiriam os Açores, onde já têm uma* vasta *colónia de população, e essa base naval, pertencendo à grande República Americana, ficaria para sempre à mercê dela o equilíbrio europeu e a estabilidade política dos povos e dos governos».* "Política Exterior/ Depois da Guerra", *Nação Portuguesa*, Ano I, nº8, 8 de Junho de 1915, p.259.

NSF.indd 285 14-09-2009 14:48:41

que não pensa mas sente e que os meneurs liberalistas, censores constitucionais da diplomacia régia podem arrastar dum momento para o outro a qualquer rebelião política de ordem sentimental, cujas consequências desastrosas, neste período de crise nem de longe podemos avaliar em toda a calamidade»[107].

Monsaraz informava ainda o rei de que a «Junta Central do Integralismo Lusitano acaba de enviar para a Galiza um largo relatório em que acumulou razões sobre razões e argumentos sobre argumentos, de forma a evitar-se um gesto, embora vibrante de patriotismo precipitado e que por ser precipitado nos pode ser fatal»[108]. Era desejo de Monsaraz ir até Londres, para esclarecer melhor e pessoalmente a situação dos monárquicos lusos e as suas futuras acções. No entanto, o seu desejo era protelado devido a uma legislação cada vez mais apertada que, ainda por cima, inibia elementos do exército territorial, ao qual Monsaraz pertencia, de viajar e de justificar as respectivas licenças para tal fim.

Em Abril de 1916, a Nação Portuguesa publicava o primeiro Manifesto da Junta Central integralista[109], reafirmando o propósito dos integralistas esquecerem momentaneamente os ódios e as ofensas na política interna, acatando as instruções de D. Manuel II e cerrar fileiras em torno da pátria em guerra, ao lado dos Aliados, especialmente da sua velha aliada, a Inglaterra. D. Manuel II felicitava Monsaraz pela publicação do manifesto: «(...) antes de mais nada quero felicitá-lo calorosamente pelo admirável manifesto integralista pedindo-lhe que transmita estas minhas felicitações aos seus amigos do mesmo partido. Esse documento faz honra aos seus autores!»[110].

Na perspectiva dos aliadófilos, integralistas incluídos, cessava o perigo de qualquer entendimento anglo-espanhol contra nós, com a participação de Portugal no conflito da frente europeia.

Se alguma perplexidade e indefinição chegou a dominar o núcleo integralista, e mesmo alguns dos seus simpatizantes chegaram a ver na vitória dos Impérios Centrais a condicionante externa que permitiria a restauração monárquica em Portugal, uma vez perdida a batalha da não intervenção, a atitude integralista só podia ser a de se colocar ao lado da Pátria e do seu povo em armas.

Dias depois, à semelhança do que se passara em França, Afonso Costa propôs a constituição de um Governo de União Sagrada, dada a situação criada pela entrada de Portugal na Grande Guerra. Afonso Costa renunciou à chefia do futuro Governo, em benefício de António José de Almeida, cujo partido aderira à nova fórmula. Este Governo presidido por António José de Almeida contou com a participação de Norton de Matos e Augusto Soares. Afonso Costa reservou para si a pasta das Finanças.

O governo, dispondo agora de um amplo apoio no Parlamento, empenhava-

[107] EAM, Manifesto da Junta Central integralista intitulado "Integralismo Lusitano/ Portugueses!".
[108] EAM, Carta de Alberto de Monsaraz a D. Manuel II, s.l., Março de 1916.
[109] "Manifesto", *Nação Portuguesa*, Ano I, n.º11, Abril de 1916.
[110] EAM, Carta confidencial de D. Manuel II a Alberto de Monsaraz, Fulwell Park, Twickenham, Middlesesc, 15 de Maio de 1916.

NSF.indd 286 14-09-2009 14:48:41

se abertamente na preparação da intervenção militar. Os ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros deslocaram-se a Londres a fim de acordar com o governo britânico as condições da participação na guerra.

Atendendo a sua posição anterior, o governo inglês comprometia-se a fornecer ao governo português a ajuda financeira necessária para as despesas militares, através da concessão de empréstimos em condições vantajosas para Portugal, e a fretar metade dos navios mercantes alemães requisitados por Portugal em Fevereiro de 1916;

Simultaneamente, a 12 ou 13 de Março de 1916, houve uma conferência no Palácio Real de Fulwell-Park em Londres, na qual participaram Mr. Asquith, sir Ed. Grey, do lado inglês, e do lado português D. Manuel II e a sua esposa Augusta Vitória, o marquês de Soveral e o marquês de Vilalobar.

Dessa reunião histórica, em que se discutiram e compuseram os futuros destinos de Portugal, Alberto de Monsaraz adianta-nos a informação de duas démarches que deveriam ter a máxima relevância na constituição do Governo português: «uma delas, a mais notável, foi ao que parece levada a cabo pelo Foreign-Office junto do governo da república para que se organizasse com republicanos e monárquicos um verdadeiro ministério nacional, em tudo digno desse nome e à roda do qual se agrupassem todas as crenças políticas e opiniões religiosas que retalham a sociedade portuguesa. (...) A outra démarche de que acima já falámos, consta das conhecidas instruções telegráficas do Senhor Dom Manuel II aos seus súbditos para que estes, convidados a colaborar num governo nacional, não fossem sob qualquer pretexto recusar-se, o que representaria para El-Rei a quebra solene de um compromisso, a falta de observância de um pacto solenemente tomado»[111]. De Inglaterra teria surgido a sugestão de incluir no potencial Governo o marquês de Soveral, e de Portugal a sugestão de João Franco, mas este prontamente desmentiu o seu regresso à vida política activa. Esta diligência diplomática foi infrutífera, devido ao Governo da União Sagrada alegar já estar totalmente constituído e ter sido já apresentado ao Parlamento.

Alberto de Monsaraz empenhara-se, no fundo, numa campanha que já vinha detrás, e que se destinava a fundamentar a constante presença do rei exilado em matéria tão grave para os assuntos de Portugal, como o foi a beligerância portuguesa na guerra ao lado da Inglaterra.

Este protagonismo devia-se ao facto de ele ser o representante e o símbolo vivo das ligações dinásticas que se operaram ao longo dos séculos, expressa na tradicional aliança com a Inglaterra. Monsaraz relata que o lado republicano começava a entrar em ebulição com o acompanhar de tais informações: «(...) até já se fala numa embaixada maçónica a Londres do Grande Oriente Lusitano para atenuar de algum modo as altas vantagens obtidas nos círculos oficiais ingleses pela diplomacia do Rei de Portugal»[112].

[111] Alberto de Monsaraz, "Cartas a um Liberal/ À ordem d' El-Rei/ II", *A Ideia Nacional*, Ano 2.º, Nº23, 4 de Maio de 1916, p. 4.

[112] Idem, "Cartas a um Liberal/ À ordem d'El-Rei/ II", *Ibidem*, p. 4.

NSF.indd 287 14-09-2009 14:48:41

Estas conclusões a que Monsaraz aludia foram suscitadas por uma viagem que efectuara ao norte de Portugal, onde lhe parecera que a maioria dos amigos políticos de D. Manuel II eram mais partidários do que vassalos, veiculando as mais diversas críticas acerca da orientação diplomática expressa pelo rei e até duvidarem da sua influência junto das cortes e dos governos estrangeiros.

Monsaraz, obviamente, tomou essas atitudes como um sacrilégio à essência da crença monárquica e, por isso, resolveu assinar uma série de artigos intitulados "À Ordem d' El-Rei", publicados na A Ideia Nacional de Homem Cristo Filho, aonde esclarecia os monárquicos vacilantes num tom de ironia e de ataque político contundente aos republicanos. Monsaraz, deste modo, transmitia a D. Manuel II esse seu novo "combate" pela monarquia: «resolvi por isso escrever na A Ideia Nacional uma série de artigos intitulados à ordem d' El-Rei, para que a grande massa popular, compreendendo-me e concordando comigo, soubesse apreciar, com inteira e invariável justiça, a patriótica diplomacia d' El-Rei, nosso Senhor. O segundo desses artigos irritou imensamente a opinião pública do regimen, que nos seus jornais procurou agredir-nos, a mim e à Augusta Pessoa de Vossa Majestade, como possuída de um verdadeiro terror pânico, bem significativo e bem consolador. Que dizia eu afinal? Transcrevia algumas notícias incontestadas e, portanto, verídicas que O Dia há tempos publicara sobre as conversações diplomáticas de El-Rei com os políticos ingleses, indicava a íntima relação de ordem cronológica que havia entre essas várias informações e, acrescentando certos factos que me foram comunicados, sem reserva, por pessoas do mais alto crédito na sociedade de Lisboa, concluía pela urgência de todos obedecerem patrioticamente às ordens de Vossa Majestade. Não me arrependo de haver tomado a inteira responsabilidade dessas deduções que, talvez por vezes menos exactas, eu nunca deixaria de ter acentuado, (salvo ordem em contrário) seguro de que assim prestara um bom serviço a El-Rei, enaltecendo-lhe o prestígio diplomático aos olhos do seu Povo»[113].

Monsaraz, independemente do impacto perturbador que poderia causar junto da Inglaterra, o que seria facilmente resolvido pelo prestígio real, orgulhava-se do reflexo vibrante que estes seus artigos polémicos provocaram na opinião pública monárquica: «as inúmeras cartas e bilhetes que chegam à Ideia Nacional de monárquicos novamente cheios de confiança e de fé, as comunicações pessoais recebidas do Norte sob o esplêndido efeito que o meu artigo produziu no ânimo desmoralizado do partido e, finalmente, o terror bem visível de toda a imprensa republicana, dia a dia mais me persuadem de que soube cumprir o meu dever»[114].

Ainda em Maio de 1916, D. Manuel II informava Monsaraz que tinha nomeado um novo lugar-tenente, «(...) o Conselheiro Aires de Ornelas que falará consigo da minha parte: nomeei o meu representante em Portugal, com vastos poderes e instruções minuciosas e muito importantes. Peço-lhe pois assim como aos seus amigos que o auxiliem pois a sua missão é difícil. O Conselheiro Ornelas pô-lo-à

[113] EAM, Carta de Alberto de Monsaraz a D. Manuel II, Lisboa, 20 de Maio de 1916.
[114] Idem.

NSF.indd 288 14-09-2009 14:48:41

ao facto da situação: é ela melindrosíssima, mas de forma alguma desesperada»[115]. A missão de Aires de Ornelas seria de capital relevância para os monárquicos portugueses, atendendo ao complexo emaranhado político português e europeu, perante a conjuntura de guerra. «(...) Mas agora é indispensável para que se obtenha um verdadeiro e palpável resultado para Portugal é que: 1º) se ponha de lado toda e qualquer ideia política, pensando-se somente na Pátria que está em guerra;

2º) que se forme uma união completa entre os monárquicos debaixo da minha direcção e autoridade. - Estes dois pontos são capitais e pode dizer-se, a base de tudo!- Depois de falar com o Conselheiro Ornelas, melhor compreenderá o alcance das minhas palavras e a sua extraordinária importância: muito pode fazer o partido integralista para que se obtenha esse fim e estou certo, conhecendo a dedicação e o patriotismo dos seus membros que hão-de envidar todos os esforços para que ele se consiga»[116].

Na frente ocidental europeia da guerra, enquanto prosseguia a longa e penosa guerra das trincheiras, verificava-se as tentativas de romper as linhas inimigas, que se transformaram em autênticos massacres. Assim, acontecia a retoma da ofensiva alemã na frente ocidental, julgando ter encontrado a solução numa batalha de desgaste, a batalha de Verdun, que esgostasse as forças dos Aliados. Todavia, a batalha provocaria um milhão de mortos e o projecto alemão gorou-se, devido à hábil defesa dirigida pelo general Pétain. A guerra parecia ter chegado a um impasse.

Esta ofensiva alemã estava a despertar um vivo interesse a Alberto de Monsaraz: «as últimas notícias da frente ocidental anunciam-nos a transferência em grande massa para outras zonas de batalha da artilharia pesada alemã, com que os nossos adversários há dois meses bombardeiam Verdun, ininterruptamente, regando de metralha, líquidos inflamáveis e gases asfixiantes esse fértil campo de glória e morte que ficara sendo um dos mais belos jardins da História. Daqui pode sem dúvida depreender-se que o estado maior inimigo teve de abandonar os seus recentes planos de conquista, desistindo de ocupar a heróica cidadela que, em face das marés vivas, avassaladoras, dos exércitos germânicos, se ergue hoje como o último dique da Raça Latina neste equinócio da primavera de 1916»[117].

Em Novembro de 1916 chegava ao fim o consulado directivo de Alberto de Monsaraz na Nação Portuguesa[118], depois de um trabalho intenso e empenhado em que se publicaram doze números em dois anos e oito meses. No seu processo de constituição e de continuidade houve sempre dificuldades, contratempos materiais e editoriais, a carestia de papel e de tintas para impressão, devida à guerra.

Mas, apesar disto, Alberto de Monsaraz estava convicto da missão cumprida,

[115] EAM, Carta confidencial de D. Manuel II a Alberto de Monsaraz, Fulwell Park, Twickenham, Middlesesc, 15 de Maio de 1916.
[116] Idem.
[117] Idem, "Cartas a um Liberal/Equívocos Nacionais", *A Ideia Nacional*, Ano 2º, Nº 24, 11 de Maio de 1916, p. 4.
[118] Idem, "Caminho Andado", *Nação Portuguesa*, Ano I, nº 12, Novembro de 1916, pp. 357 e 358.

NSF.indd 289 14-09-2009 14:48:42

que visava criar entre os integralistas uma elite intelectual (intelligentsia) na campanha das «velhas transcrições ressuscitadas» e do patriotismo. Este êxito já tinha começado com a realização das Conferências integralistas na Liga Naval, na formação da Junta Central e de algumas Juntas provinciais, e na realização, em 1916, de conferências na Liga Naval acerca da História Pátria, em que Sardinha, no seu revisionismo histórico, combateu «os erros grosseiros e por vezes maldosos de que se encontram totalmente eivadas as obras dos nossos historiadores liberais»[119]. Estava ainda em gestação a publicação de um periódico, semanário ou diário[120].

Simultaneamente à Nação Portuguesa, Monsaraz agradecia aos dois jornais provinciais a Gardunha, da Beira Baixa e o Pátria Nova de Coimbra, cujas publicações foram suspensas temporariamente devido à guerra. Igualmente, agradecia à Ideia Nacional, dirigida por Homem Cristo Filho, que, embora não fosse uma publicação integralista, era uma tribuna aberta à propagação dos ideais do grupo.

Monsaraz considerava que João do Amaral era um publicista integralista, como ficara provado no *Pátria Nova* de Coimbra, em *Aqui d'El-Rei*, na *Nação Portuguesa* e na *Ideia Nacional*. Ao passo que Alfredo Pimenta, embora o considerasse como o mais culto dos vulgarizadores reaccionários portugueses, conservara desde os seus remotos tempos de anarquista um individualismo intrínseco que o tornava independente e insusceptível de ser enquadrado no espírito de propaganda colectiva do grupo. Quanto a Mariotte (Padre Amadeu Vasconcelos)[121], o seu apego excessivo à Action Française e ao estudo dos princípios da contra-revolução, levava-o a negligenciar ou a minimizar o enraizamento específico do pensamento

[119] Idem, "Caminho Andado", *Ob.Cit*., p. 358.

[120] Alberto de Monsaraz, através das suas cartas endereçadas a Sardinha, deixa-nos transparecer que, a ideia de criar um semanário, teria sido implementada por Hipólito Raposo. O semanário foi encarado no seio dos integralistas de forma gradual e expectante, até ao ponto de ser considerado vital: *«(...) conversaremos no próximo semanário integralista a que o nosso Raposo se referiu há dias confusamente numa carta que me escreveu. Percebi do que se trata, mas não o que pretendem de mim»*. EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta nº 149 Carta nº 32, s.l., s.d. *«(...) Precisamos muito falar contigo. O jornal impõe-se cada vez mais. Imagina que o Joaquim Leitão queria fazer um órgão integralista, e se o permitissem adulteraria a doutrina e desacreditaria a causa»*. EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta nº 149, Carta nº 64, Lisboa, 30 de Novembro de 1914. *«Precisamos pensar na Federação das juventudes integralistas com um semanário ou bi-semanário em cada capital de distrito»*. EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta nº 149, Carta nº 67, Quinta das Olaias-Figueira da Foz, 24 de Agosto de 1915. *«A ideia do semanário também progride»*. EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta nº 149, Carta nº 72, Quinta das Olaias- Figueira da Foz, 23 de Outubro de 1916. *«(...) O semanário deve aparecer, calculo na primeira quinzena do ano novo»*. EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta nº 149, Carta nº 73, Quinta das Olaias-Figueira da Foz, 9 de Novembro de 1916.

[121] O padre Amadeu Vasconcelos (Mariotte) foi um antigo republicano, colaborador com Basílio Teles da *Voz Pública*. Posteriormente converteu-se em Paris à Action Française, que divulgou através de uma publicação periódica da sua inteira autoria, e que terá estimulado muito Monsaraz, Sardinha e Raposo na formação da *Nação Portuguesa*. Embora o objectivo de Mariotte fosse análogo ao dos integralistas, formar em Portugal um movimento doutrinário à semelhança do francês, para tal não possuía nem capital humano nem capacidade de formular uma ideologia em termos nacionais. Projectando uma Liga de Acção Nacional, introduzindo em Paris o ideário maurrasiano a alguns fundadores do Integralismo Lusitano, Mariotte denunciaria ruidosamente a tentativa de demarcação deste em relação ao movimento congénere francês.

NSF.indd 290 14-09-2009 14:48:42

contra-revolucionário português.

A crítica da propaganda integralista face à actuação da República na participação da guerra, não se fez esperar. O caso do tenente Aníbal de Azevedo é sintomático, pois tratava-se de um oficial integralista, que estivera preso durante alguns meses, sob a acusação das autoridades republicanas de ter cometido um crime de lesa-pátria, ao se ter recusado combater. A leitura integralista era completamente oposta, considerando que o tenente Aníbal de Azevedo seria uma prova de patriotismo e de solidariedade integralista inequívoca para com as forças aliadas[122]. A propaganda integralista, ainda, acusava o novo regime de cometer autênticas traições à pátria, despoletadas pela pilhagem das congregações religiosas e dos paços régios, seguidas pela instauração do regime de «porta aberta» em Angola, o que coincidira com o início de tentativas de tratados secretos, que leiloavam internacionalmente as colónias lusas e, culminadas pela declaração formal de guerra, procurando negociar, a troco do sangue dos soldados portugueses, benefícios e benesses para os «quadrilheiros donos do Poder».

A impopularidade da política republicana guiada, embora, pela preocupação em manter o Império colonial e reforçar o prestígio externo do novo regime, não deixava de ser responsável por acrescidas dificuldades económico-sociais, reduzindo-lhe a base de apoio e reforçando ao mesmo tempo os seus inimigos, os unionistas e os monárquicos.

Os evolucionistas abandonariam o governo da União Sagrada, mantendo-lhe o apoio parlamentar. Estavam, deste modo, reunidas as condições para um golpe de força, o que veio a ocorrer em 5 de Dezembro de 1917, pela mão de Sidónio Pais.

3. O novo fôlego da ascensão integralista: o diário *A Monarquia* e a direcção de Alberto de Monsaraz.

Os integralistas tornaram público o seu primeiro manifesto político assinado pela Junta Central, em Abril de 1916[123], pouco depois da declaração de guerra da Alemanha a Portugal. O Integralismo Lusitano depressa transformar-se-ia, de movimento eminentemente literário, estético e filosófico, num movimento político organizado, publicando em Novembro o estatuto da sua organização e as suas juntas provinciais pelo final do ano. Monsaraz inteirava D. Manuel II

[122] O alferes Aníbal Francisco Gonçalves de Azevedo servia na Flandres quando foi promovido a tenente em Fevereiro de 1918. Depois de ter participado brilhantemente num *raid* ocorrido a 30 de Março de 1918 contra as trincheiras alemãs de Neuve Chapelle, foi promovido a capitão por distinção e condecorado com a Cruz de Guerra de 1ª classe, com a Torre e Espada, com a *Military* Cross e com a Legião de Honra. Os integralistas apresentaram-no como uma prova categórica de lealdade à pátria e demonstraram mais uma vez, ao contrário do que a Imprensa republicana apregoava, não serem traidores nem germanófilos. V. "O tenente Aníbal de Azevedo", *A Monarquia*, Ano II, N.º342, 15 de Abril de 1918, p. 1.

[123] "Manifesto", *Nação Portuguesa*, Ano I, nº 11, Abril de 1916.

NSF.indd 291 14-09-2009 14:48:42

acerca deste crescimento operado no Integralismo Lusitano, nomeadamente a nível da propaganda e organização políticas. «Envio a Vossa Majestade um exemplar do nosso Estatuto Orgânico, espelho da disciplina inquebrantável que nos prende e liga e outro da Cartilha Monárquica, largamente espalhada (mais de 5.000 exemplares até hoje) por todas as classes e todos os elementos cultos do País. Seguir-se-à agora a publicação de novas cartilhas, especializadas para cada categoria social. Se a nossa situação material fosse mais próspera, muito mais depressa avançaríamos. Assim, como para termos maior independência e liberdade de acção resolvemos contar apenas com capitais integralistas, os nossos progressos são desgraçadamente bastante mais lentos»[124].

Monsaraz, consciente e crente neste crescendo de intervenção integralista na política nacional, informava D. Manuel II do aparecimento do diário vespertino A Monarquia. Este enquadrava-se numa estratégia que visava orientar a política interna da Causa Monárquica, «extremando os elementos heterogéneos que, sob o estandarte realista e por variados motivos, às vezes ocultos enfileiram connosco na batalha contra o regimen»; aniquilando os Conselheiros, «categorizadas figuras representativas que, (...) tão bem cuidam dos seus interesses e tão mal defendem os interesses do Trono»; cessando com o «ambiente abafado de intrigas e baixas pretensões que nós vemos, através dos Documentos Políticos, rodeando a Coroa em 1908 e 1909»; não dando crédito, nem voz a qualquer indivíduo que se auto-proclamasse monárquico que, embora, «sem carácter nem escrúpulos», se pudesse destacar na campanha política contra a República, o que futuramente seria difícil tirar-lhe o destaque e até complicado circunscrevê-lo à proporcionalidade da sua inteligência e das virtudes; e, saneando «(...) elementos prejudiciais às boas e sãs ideias monárquicas»[125].

Esta necessidade sentida e desejada de saneamento do partido monárquico, prendia-se directamente com o facto de o Liberalismo imperar ainda em muitos elementos monárquicos que se insurgiam contra o regime demoliberal e futuramente, com a implantação monárquica, se revoltariam contra o Rei, servindo somente «os seus mesquinhos interesses do grupo».

Em nome de uma intransigente linha de acção e de pensamento monárquico, Monsaraz sacrificava-se perante uma «falsa noção de homogeneidade partidária», de forma a não introduzir nem a acalentar no seio da família monárquica «personalidades perneciosas há acção reconstrutiva do Trono» e, concluía que «é neste estado de espírito que vamos lançar o nosso jornal diário- A Monarquia. El-Rei no estrangeiro, quanto à orientação diplomática, a Verdade Monárquica, dentro do país, serão os únicos reguladores da nossa atitude e da nossa acção. Mês a mês vai aumentando a força que já temos, e a intransigência absoluta contra as ideias velhas e os velhos sem ideias que as representam, faz com que o número dos que em roda de nós se juntam para o bom combate cresça entre a mocidade

[124] EAM, Carta de Alberto de Monsaraz a D. Manuel II, Paris, Maio de 1917.
[125] EAM, Carta de Alberto de Monsaraz a D. Manuel II, Lisboa, Janeiro de 1917.

NSF.indd 292 14-09-2009 14:48:42

das escolas prodigiosamente.

Poderá Vossa Majestade contar sempre connosco, sobretudo quando se convencer de que não pode contar com mais ninguém»[126].

Foi, assim, nesta conjuntura de estratégia e de estado de espírito, ambos marcados no plano externo, pela emanação de directrizes de D. Manuel II, e, no plano interno, marcado pelos princípios da «Verdade Monárquica», que surgiu o período de mais intensa intervenção política integralista, aparecendo o diário A Monarquia, a partir de Fevereiro de 1917, dirigido e financiado pelo incansável Alberto de Monsaraz.

Com efeito, não se tratava de um novo partido que pretendia assumir o poder, mas pelo contrário, uma corrente de opinião que procurava resgatar a Nação das clientelas partidárias, entregando a defesa dos diversos interesses aos seus órgãos próprios: a junta de freguesia, a câmara municipal, a assembleia provincial, a Assembleia Nacional, na ordem administrativa; o sindicato patronal, o sindicato misto, as uniões locais e regionais de sindicatos, as federações nacionais de sindicatos de produção, na ordem económica; as escolas, a Igreja, as associações profissionais, os institutos científicos, na ordem espiritual.

A direcção de Alberto de Monsaraz no diário *A Monarquia* assemelhou-se à bem sucedida experiência na revista *Nação Portuguesa*.

Mesmo quando esteve hospitalizado e exilado, a abundante correspondência com Sardinha demonstra o seu constante interesse e preocupação pela sobrevivência do projecto do diário.

Ao longo da leitura atenta do espólio de António Sardinha surgem alguns momentos elucidativos: «(...) se não se arranjar dentro dum mês dinheiro avultado para papel, tem-se de fechar as portas no momento preciso em que o Integralismo está dando um pulo decisivo. Em Lisboa 50 % dos assinantes não pagam; na província, 50 %. Ora nós precisamos de 3000 assinantes para nos aguentarmos, estamos reduzidos (...) entre os quais mais de metade é como se não existissem»[127].

«O teu artigo (de António Sardinha) ultimamente publicado era muito bom, o bom combate ainda era melhor.

(...) O Amaral já recomeçou a colaboração. O Braga, esse, não há forma de desarmar. Forte varão»[128].

«(...) não recebi A Monarquia em que vinha o meu soneto. Peço que me mandes esses dois números.

Já tenho recuperado ao Pulido, informações de que o jornal às sextas e, às vezes aos sábados, não vem para as províncias. Ninguém o recebe, nem aqui, nem no Porto, nem em Coimbra. Se calhar, é alguém turvo de empregados formigas que o escoa (...) Se puderem vigiem esse caso e reclamem a tempo»[129].

---

[126] EAM, Carta de Alberto de Monsaraz a D. Manuel II, Lisboa, Janeiro de 1917.
[127] EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta nº 149, Carta nº 4, s.l., s.d.
[128] EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta nº 149, Carta nº 12, s.l., s.d.
[129] EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta nº 149, Carta nº 13, s.l., s.d.

NSF.indd 293 14-09-2009 14:48:42